



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

VICE-GOVERNADORES DO CEARÁ

REGISTROS BIOGRÁFICOS

1947–2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE

DEPUTADO PONTES NETO

Osmar Maia Diógenes

Organizador

(Pesquisa e Contextualização)

VICE-GOVERNADORES DO CEARÁ

REGISTROS BIOGRÁFICOS

1947–2018



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza

2018

Copyright: © 2018 by INESP

Coordenação editorial: Thiago Câmpelo Nogueira

Organização, pesquisa e texto: Osmar Maia Diógenes

Digitação, diagramação, projeto gráfico, edição de texto e revisão: Ma. Teresa Diógenes

Assessoria de pesquisa: Deusimar Emídio Maciel (IM), Carlos Pontes e Diego Morais

Assessoria de revisão: Rubens Airton Rocha e Thadeu Nobre

Revisão final: Osmar Diógenes

Projeto gráfico de capa: Gotardo Filho

Impressão e acabamento: INESP

Fotografias cedidas pelos parlamentares e/ou familiares; Coordenadoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa

Nossos agradecimentos ao memorialista Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), pela cessão de imagens de Vice-governadores.

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C387v Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto - MALCE Vice-governadores do Ceará: registros biográficos 1947-2018 / organizador, Osmar Maia Diógenes. -- Fortaleza: INESP, 2018. 130p. il., retrs. ; 21 cm.

ISBN: 987-85-7973-097-9

I. Políticos, biografia. I. Diógenes, Osmar Maia. II. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará. III. Título

CDD 923.28131

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 – Ed. Senador César Cals, 1º andar

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85)3277 3701 – Fax: (85)3277 3707

www.al.ce.gov.br/inesp

e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DEPUTADO PONTES NETO

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 - sala 115

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85)3277 3727 – 3277 3700

e-mail: memorial@al.ce.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

29ª Legislatura

**Mesa Diretora
2017–2018**

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice-presidente

Deputado Manoel Duca
2º Vice-presidente

Deputado Audic Mota
1º Secretário

Deputado João Jaime
2º Secretário

Deputado Júlio César Filho
3º Secretário

Deputada Augusta Brito
4ª Secretária



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Malce

Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará – Malce

Presidência: Osmar Maia Diógenes

Curadoria: Marinez Alves

Administração: Martha Abreu

Secretaria: Venússia Ribeiro

Parlamento e sua História

Coordenadoria: Socorro Medeiros e Cléa Menezes

Carlos Pontes

Edna Camarço

Edna Pontes

Eveline Freitas

Gerderlânia Holanda

Germana Pontes

Ivana Costa

Lígia Farias

Marcela Loiola

Rubens Rocha

Thadeu Nobre

Mediadores:

Ariadna Carvalho

Eveline Freitas

Juliane Moraes

Luiz Otávio Maia

Rodolfo Farias

Programa Editorial

Coordenadoria: Maria Teresa Diógenes

Carlos Pontes

Diego Moraes

Edna Pontes

Fernanda Maciel

John Alves

Thadeu Nobre

Construção Compartilhada da Cidadania

Coordenadoria: Thadeu Nobre

Carlos Pontes

Diego Moraes

Fernanda Maciel

John Alves

Martha Abreu

Teresa Diógenes

Conservação, restauro e manutenção: Edwírges Ximenes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
COMENTÁRIOS	13
PREFÁCIO	17
ASPECTOS HISTÓRICOS DA FUNÇÃO DE VICE-GOVERNADOR	19
DEPOIMENTOS	21
VICE-GOVERNADOR WILSON GONÇALVES	23
VICE-GOVERNADOR HUMBERTO BEZERRA	28
VICE-GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA	30
VICE-GOVERNADOR LÚCIO ALCÂNTARA	32
VICE-GOVERNADOR FRANCINÉ GIRÃO	34
VICE-GOVERNADOR MORONI TORGAN	36
VICE-GOVERNADOR MAIA JÚNIOR	39
VICE-GOVERNADOR PROFESSOR PINHEIRO	46
REGISTROS BIOGRÁFICOS	51
MENEZES PIMENTEL	53
STÊNIO GOMES DA SILVA	59
FLÁVIO MARCÍLIO	62
WILSON GONÇALVES	67
FIGUEIREDO CORREIA	73
HUMBERTO ELLERY	76
HUMBERTO BEZERRA	79
WALDEMAR ALCÂNTARA	82
MANOEL DE CASTRO	86
ADAUTO BEZERRA	89
CASTELO DE CASTRO	92
LÚCIO ALCÂNTARA	95
FRANCINÉ GIRÃO	98
MORONI TORGAN	100
BENI VERAS	104
MAIA JÚNIOR	109
PROFESSOR PINHEIRO	112
DOMINGOS FILHO	115
IZOLDA CELA	120
VICE-GOVERNADORES	123
REFERÊNCIAS	125

APRESENTAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no esforço de preservar a memória política de nossa unidade federativa, por intermédio do “Memorial da Casa”, está publicando mais um volume de registros biográficos.

Desta feita, sobre os vice-governadores, destacando informações ligeiras de suas vidas, trajetória política e atuação enquanto exerceram a condição expectante do mandato governamental e o exercício por ausência circunstancial do titular ou para completar o quadriênio de modo efetivo em caso de renúncia.

Desde o tempo do Império ao período republicano, a presença do Vice, embora encerre uma conotação secundária, reveste-se do caráter de confiabilidade do grupo que firmou a aliança vitoriosa na obtenção do poder. O *Segundo* da hierarquia gerencial do estado devia ser alguém de quem se esperava fidelidade e compromisso com o programa do governo.

Essa regra sofria interpretação diversa quando a eleição do Vice fosse por escrutínio independente, como ocorria na Primeira e Terceira Repúblicas, em que cada um se submetia ao julgamento do eleitorado. Em algumas ocasiões, o Vice-governador eleito fazia parte da chapa adversária e, dessa forma, sua fidelidade era com a sua coligação e não com o Governador.

Alguns vice-governadores conseguiram se efetivar como governadores por renúncia dos titulares para disputar outras candidaturas. Apenas cinco vices granjearam esse privilégio. Mas, todos os outros, embora por pouco tempo, assumiram o governo para cumprir interinidades menores ou maiores.

Reza a tradição que o Vice não costuma praticar atos que contradigam o programa do Governador que substituem.

Geralmente, dão cumprimento à ação governamental em curso e mantêm a mesma equipe de secretários e assessores.

Relatando a história dos vice-governadores do Ceará, o Memorial da Assembleia Legislativa completa a publicação anterior, quando tratou do desempenho dos Governadores.

Nossa preocupação é deixar um registro permanente da prática política desenvolvida no estado do Ceará e, assim, contribuir para a história da sociedade alencarina, observada sob o ângulo da ação de seus homens públicos.

Este trabalho de recuperação memorial, que já alcança dezenas de volumes, tem recebido o aplauso e o incentivo dos setores acadêmicos e de quantos se interessam pelo resgate autêntico e legítimo de nossa história.

Uma história construída pela fé, pelo trabalho e pela coragem do destemido povo da Terra do Sol.

Deputado José Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COMENTÁRIOS

O Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará (Malce) põe a público o presente trabalho referente aos vice-governadores do nosso estado. A contar da publicação do primeiro título do nosso projeto editorial, em 1997, *Cinquentenário da Carta Magna estadual – 1947–1997*, já somamos 38 obras voltadas à história política do Ceará, isto desde a instalação dos Conselhos Provinciais em 1829 e a sua transformação em Assembleias Provinciais, atendendo às regras adotadas pelo Ato Adicional de 1834.

Para complementar os nossos objetivos, estamos em fase de pesquisas sobre os constituintes estaduais de 1989, ora em preparação.

Achamos oportuno relacionar os livros elaborados pelo Memorial, e editados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, todas catalogadas na historiografia cearense.

1. Cinquentenário da Carta Magna Estadual – 1947–1997 (1997)
2. Presidentes do Poder Legislativo do Ceará – 1835–1999 (1998)
3. Deputados Estaduais – Legislatura 1951–1954 (1998)
4. Deputados Estaduais – Legislatura 1955–1958 (1998)
5. Deputados Estaduais – Legislatura 1959–1962 (1998)
6. Deputados Estaduais – Legislatura 1963–1966 (1998)
7. Deputados Estaduais – Legislatura 1967–1970 (1998)
8. Deputados Estaduais – Legislatura 1971–1974 (1999)
9. Vice-governadores do Estado do Ceará – 1947–2002 (2000)
10. Deputados Estaduais – Legislatura 1975–1978 (2000)
11. Presidentes do Poder Legislativo do Ceará – 1835–2002 (2ª ed. 2001)

12. Deputados Estaduais – Legislatura 1979–1982 (2002)
13. Os Constituintes de 1947 (2002)
14. Deputados Estaduais – Legislatura 1983–1986 (2003)
15. Deputados Estaduais – Legislatura 1987–1990 (2004)
16. Deputados Estaduais – Legislatura 1955–1958 (2ª ed. 2006)
17. Deputados Estaduais – Legislatura 1959–1962 (2ª ed. 2006)
18. Presidentes do Poder Legislativo do Ceará – 1835–2006 (3ª ed. 2006)
19. Deputados Estaduais – Legislatura 1991–1994 (2006)
20. Deputados Estaduais – Legislatura 1995–1998 (2007)
21. Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará – 1834–1889 (2008)
22. Poder Legislativo do Estado / Mesas Diretoras – 1835–2008 (2008)
23. Deputados Estaduais – Legislatura 1999–2002 (2010)
24. Mulheres no Parlamento Cearense (2011)
25. Cadernos Trama da Memória: Políticas de memória. Um debate sobre as relações entre políticas públicas, museus e memória, vol. 1 (2011)
26. Cadernos Trama da Memória: Conversas sobre museus, vol. 2 (2012)
27. Cadernos Trama da Memória: Acessibilidade e linguagens, vol. 3 (2013)
28. Ainda 1964: História, política e sensibilidades (2014)
29. Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará – 1834–1889 (2ª ed. revista 2015)
30. Deputados Estaduais – Legislatura 2003–2006 (2015)
31. Mulheres no Parlamento Cearense (2ªed. 2015)
32. Presidentes do Poder Legislativo do Ceará / Império e República – 1835–2016 (2016)
33. Mesas Diretoras do Poder Legislativo do Ceará / Império e República – 1835–2016 (2016)

34. Deputados Estaduais – Legislatura 2007–2010 (2016)
35. Deputados Estaduais – Legislatura 2011–2014 (2017)
36. Os Constituintes de 1947 (3ª ed. 2017)
37. Governadores do Ceará: registros biográficos (2018)
38. Vice-governadores do Ceará: registros biográficos (2018)

O Memorial da Assembleia Legislativa tem seu registro junto ao Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, órgão que reconhece e regulamenta as instituições museológicas do Brasil.

Parece-nos de bom alvitre expressar os nossos agradecimentos ao incentivo e apoio do presidente da Mesa Diretora da Assembleia, deputado José Albuquerque, que nos vem oferecendo as condições inerentes aos trabalhos de resguardar e publicar o acervo valioso da presença da Assembleia do Ceará através dos anos de sua atuação em nossa história política.

Achamo-nos recompensados pelos resultados obtidos por este setor da Casa e como guardiões da memória do processo legislativo ao curso 189 anos de atividades representativas de nosso povo.

A bem da verdade e pleno reconhecimento da adesão do grupo de trabalho que compõe o Memorial, devemos à cooperação efetiva de seus operosos funcionários.

Osmar Maia Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará

1º Vice-presidente do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

PREFÁCIO

Com satisfação e renovado orgulho prefaciamos mais uma obra nascida do entusiasmo e operoso trabalho realizado pelo nosso Memorial Deputado Pontes Neto, sob a batuta do incansável pesquisador maior, Osmar Diógenes, a quem prestamos nossa homenagem e reconhecimento, ressaltando a qualidade e importância deste novo levantamento feito para a preservação da história dos homens públicos cearenses e de nossas Instituições.

O lançamento do livro *Vice-Governadores do Ceará – Registros Biográficos – 1947-2018* editado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), coroa e completa edições anteriores onde foram estudados os governadores do nosso Estado.

Há que se salientar que no Brasil, entre 1945 e 1964, tivemos as eleições de presidente e vice de formas independentes, fato gerador de antagonismos dentro de um mesmo governo, já que prevalecia a fidelidade aos partidos aos quais os eleitos eram filiados e/ou às coligações.

Hoje, com a Constituição Cidadã de 1988 tem-se a garantia de eleições com chapa-única, para presidente e vice, governador e vice e prefeito e vice, na disputa direta do comando do Executivo, buscando-se exatamente harmonizar a atuação dos titulares e vices, nos momentos em que assumem o governo.

Lamentavelmente, no plano federal, na atual quadra que vivemos, temos um vice que se tornou opositor da titular, para ilegitimamente tomar seu lugar, rompendo os compromissos assumidos pela coligação perante o povo brasileiro.

Entretanto, de uma maneira geral, o sistema de chapa-única tem sido modelar, remetendo-nos ao Ceará, de 1988 para cá, o entrosamento entre governador e vice tem sido revelador do acerto na escolha dos nossos constituintes de

1988 e de 1989, em nossas Cartas Constitucionais, federal e estadual.

Aos leitores, nossos votos de uma leitura produtora e agradável, lembrando que somos os responsáveis pelos governantes que elegemos.

Roberto Cesar de Albuquerque Mendonça

Chefe de Gabinete da Presidência
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FUNÇÃO DE VICE-GOVERNADOR

Aroldo Mota*

A figura do vice – de presidente, governador ou prefeito – é uma função inerente ao sistema presidencial de governo. Em razão disso, surgiu na constituição americana de 1787, na Convenção Federal de Philadelphia. O primeiro vice-presidente dos EUA foi John Adams, eleito em 4 de março de 1789, conforme art. II, Seção I: *O Poder Executivo será entregue ao Presidente dos Estados Unidos da América. Seu exercício será de quatro anos, e sua eleição, como a do vice-presidente, eleito para o mesmo exercício, será efetuada da seguinte maneira...*

No Brasil, o vice apareceu com a Proclamação da República, e o primeiro foi o senador e general Floriano Peixoto, eleito pela Constituinte no dia 25 de fevereiro de 1891, que com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, dia 23 de novembro de 1891, assumiu a presidência. Outros vices também se tornaram presidentes: Nilo Peçanha, Delfim Moreira, Café Filho, João Goulart, José Sarney, Itamar Franco e Michel Temer, substituindo os titulares que não concluíram seus mandatos.

No Ceará, ainda no Império, o vice integrava o Poder Executivo por nomeação dos Gabinetes – Liberal ou Conservador. O primeiro foi o coronel José Antônio Machado, nomeado no dia 2 de janeiro de 1820. Ainda no Império, em diferentes governos do Ceará, tivemos quarenta vices. O último foi Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em 1889.

Com a República – 1889 – a vice-governadoria, ora por eleição, ora por nomeação, passou a ser ocupada por três figuras. Os três primeiros, no período de 1889–1891, foram, pela ordem, João Cordeiro, major Manuel Belarmino Albuquerque e major Benjamim Liberato Barroso. A Constituição do Ceará de 4

de novembro de 1921 extinguiu os três e fixou em um só nome. O último vice da 1ª República foi o Professor Benedito Augusto Carvalho dos Santos, conhecido por Beni Carvalho.

Na 2ª República (1930–1945) não houve presidentes, nem vices. Foram os 15 anos da ditadura de Getúlio Vargas.

Na 3ª República – 1945–1964 – com a Constituição de 1946, o primeiro vice foi eleito indiretamente, pela Assembleia Legislativa do Ceará, foi o professor Francisco Menezes Pimentel, presidente regional do PSD – Partido Social Democrático. Os outros foram Stênio Gomes da Silva, Flávio Marcílio, Wilson Gonçalves e Joaquim de Figueiredo Correia.

De todos os vices, chegaram ao governo, por renúncia dos titulares, Stênio Gomes, Flávio Marcílio, Waldemar de Alcântara e Manuel de Castro.

Na 4ª República – 1964–1988 – tivemos os seguintes vices, nos vários períodos de eleições indiretas: Humberto Ellery, Humberto Bezerra, Waldemar de Alcântara, Manuel de Castro, Adauto Bezerra e Castelo de Castro, este eleito em pleito direto.

Na 5ª República – 1988 aos nossos dias – os vices foram Lúcio Alcântara, Franciné Girão, Moroni Torgan e Beni Veras, Francisco Queiroz Maia Júnior, Francisco José Pinheiro, Domingos Filho e Izolda Cela.

Vale recordar, aqui, pelo sentido histórico, a frase do professor Afonso Arinos de Melo Franco, registrada durante a discussão para substituir Tancredo Neves, impossibilitado, por doença, de assumir a presidência. Uns achavam que o cargo devia ser ocupado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Outros, defendiam a posse pura e simples do vice eleito, José Sarney. Prevaleceu a opinião do grande jurista: *O vice é do Brasil e não do Presidente eleito.*

*Aroldo Mota ex-deputado estadual e membro do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico); falecido em 20 de junho de 2017.

DEPOIMENTOS

VICE-GOVERNADOR WILSON GONÇALVES

Memorial: Como era fazer política ao seu tempo de vice-governador do Estado?

WG: Na época em que fui vice-governador a política era um tanto agitada, embora sem violências. E dois partidos tinham maior importância, que eram o Partido Social Democrático (PSD), ao qual eu pertencia, e a UDN (União Democrática Nacional), o partido adversário. Havia outros partidos menores, um liderado pelo Senador Olavo Oliveira e outro pela família Moreira da Rocha. De maneira que o Governo se situava no Ceará de uma forma bem interessante: de quatro em quatro anos um desses dois partidos maiores assumia o Governo. Então isso para mim, e talvez para outros, teve um efeito muito interessante para a vida, porque atuávamos sendo partidários do Governo, e atuávamos sendo partidários da oposição. Antes de vice-governador, eu fui vice-líder do PSD no Governo do Desembargador Faustino de Albuquerque, que era da UDN, e posteriormente fui Líder do Governo Raul Barbosa, que era do PSD.

Memorial: O senhor foi vice do governador Parsifal Barroso. Como era o seu relacionamento político com ele?

WG: Bom, sobre esse aspecto, o relacionamento era muito bom porque, inclusive, nós dois fomos deputados estaduais no mesmo período, no primeiro período de 47 a 48. Então o Parsifal, que era genro do Chico Monte, lá de Sobral, foi eleito na nossa legenda, e nós éramos principalmente amigos e, como se diz, partidários da mesma agremiação. De modo que eu digo o seguinte: como Vice-governador tive a oportunidade

de observar um certo aspecto que me era desconhecido, ou pelo menos que eu entendi como interessante. É que sendo eu apenas Vice-governador, com a missão quase única de substituir o Governador em seus impedimentos, nas suas ausências, eu acompanhava o Governo sem praticar atos de administração. Então, entendi que, se isso era a minha missão, eu não tinha o direito de, ao assumir ocasionalmente o Governo do Estado, divergir ou procurar agir de tal maneira que criasse dificuldades ao Governo do Estado. Assumi 27 vezes, em períodos de 10 dias, 12 dias. Somente a última é que foi de 28 a 30 dias, porque o Parsifal estava no fim do Governo, e fez uma viagem aos Estados Unidos, e demorou um pouco mais. Então, praticava os atos que me pareciam em harmonia, porque na verdade os secretários eram dele, não é? E me traziam os atos dentro da orientação do Governo. Embora eu fosse do PSD e ele do Partido Trabalhista, e pudesse pensar de maneira diferente, não tinha o direito de agir diferentemente. E lhe digo que mais de uma vez deixei de praticar atos que podiam criar dificuldades ao Governo do estado, porque eu entendia que não tinha o direito de fazer isso.

Memorial: Quanto à existência do cargo de Vice-governador, o que o senhor pensa a respeito, inclusive sobre a possibilidade dessa função ser exercida pelo Presidente da Assembleia Legislativa?

WG: Eu tenho a impressão que deve existir ainda o cargo de Vice-governador porque na verdade, as funções são diferentes. A função do Executivo é uma, a do Legislativo é outra. O Legislativo faz a lei, quer dizer, a norma de acordo com a qual o povo deve agir. E a outra é de aplicação da lei. De maneira que nunca o Presidente da Assembleia, a não ser em determinados casos, pode acompanhar totalmente o desenvolvimento da atividade do Executivo, como o Vice-governador. O que é importante é que o Vice-governador auxilie o Governador e não lhe crie dificuldades. Esta foi a minha conduta. Eu nunca pratiquei um ato para parecer um embaraço para o Governador do Estado, apesar de ele ser de outro partido. Mas eu entendia que a orientação do Governo era dele. Agora uma

nomeação, uma coisa menor, que vinha do próprio desenvolvimento da administração, eu praticava todos eles. E assumia sem qualquer restrição da parte do Governador. Era um entendimento meu.

Memorial: Se o senhor tivesse que, em poucas palavras, resumir sua trajetória política, o que diria?

WG: Bem, eu, em primeiro lugar, quero agradecer a Deus porque fez de mim coisa que, na minha mocidade, quando eu fazia os meus castelos, nunca pensei que chegasse a tanto. Se é que cheguei a tanto. Mas para mim, cheguei ao máximo. Não tenho mais nada do que me arrepender, e nem posso porque Deus me deu mais do eu merecia. Entrei na política quase por acaso, em decorrência de um conselho de meu pai. Fui aluno o tempo todo, nunca fui empregado. Sempre recebi apoio moral e econômico de meu pai, de maneira que me formei sem ter nenhum emprego, aqui na Faculdade de Direito do Ceará. Fiz o Ginásio do Crato de cinco anos, nesse tempo era equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. E vim diretamente para o vestibular, não havia cursinho naquele tempo. Fui aprovado no vestibular à Faculdade de Direito. Entrei em 1933 e saí em 1937, cinco anos. Na ocasião em que saí, houve o Golpe de 10 de novembro de 37, ano em eu me formava. E para a formatura vieram os meus pais e familiares para assistir. E veio também um industrial do Cariri, Alexandre Arraes de Alencar, que tinha sido nomeado pelo Dr. Menezes Pimentel, Prefeito do Crato. E ele me convidou (eu tinha feito um comício com ele uma vez, na candidatura de Américo de Almeida) para ser Secretário Geral dele. Eu formado, novo, pensando que era muita coisa, achei que naquele tempo funcionário público (está parecendo como hoje) não estava tendo muito prestígio. E principalmente, o municipal. Achei que ia ser advogado. Eu disse: “Olha meu pai, eu estudei esse tempo todo, o senhor me deu tudo e agora eu vou para um negócio desse?”. Bom, mas o Alexandre insistiu para me levar e meu pai disse: “Olha Wilson, você está formado, essa é a primeira vez que estou dizendo, e a sua cabeça agora é quem manda. Como pai vou lhe dar um conselho: muitas

vezes se pratica um ato que não se quer para servir a um amigo”. Então, compreendi que ele queria que eu aceitasse. Então eu estava doutor, parecia importante naquele tempo, achei que seria uma ingratidão minha depois de tudo que ele fez por mim, eu negar aquilo. Aí fui ser Secretário da Prefeitura do Crato. Nesse tempo era Secretário Geral, que era também uma espécie de Vice-prefeito. E a parte jurídica toda ficou comigo. Por duas vezes o Prefeito achou que já tinha feito uma boa administração e disse: “Wilson, eu saindo daqui, você assume...” – “Não, se você tiver de deixar, eu saio cinco minutos antes”. Expressão histórica, “cinco minutos antes”. Bom, acontece que um tempo depois ele vai ao interior do município e tem lá um problema de saúde, e ficou deitando sangue. Para encurtar a história, nem sabia do caso, fui visitá-lo. E então ele disse: “Eu vou me operar hoje porque o médico disse que se não for hoje, não pode mais operar”. E eu: “Por que você não espera a resposta dos seus irmãos do Rio?” Naquele tempo, telegrama chegava com três, quatro dias. O que é verdade é que ele foi operado e faleceu. E então ele deixou uma indicação do meu nome para substituí-lo. Aí surgiram seis candidatos, seis comigo, pleiteando. Então o dr. Pimentel resolveu me nomear. Dessa nomeação, fui eleito dois anos e tanto. Aí veio o Golpe derrubando Getúlio, o dr. Pimentel e tudo, não é? Veio o Governo novo do dr. Beni Carvalho, que tinha sido meu professor de Direito Penal. E, por acaso, o Secretário de Justiça foi o dr. Monte Arraes, primo do Alexandre Arraes. Eu esperei vinte dias a minha demissão. Veja se isso acontece hoje! A minha demissão, nada. Eu disse bom, eu vou a Fortaleza pedir demissão porque eu estava solidário ao dr. Menezes Pimentel, que havia me nomeado Prefeito, e já estava no ostracismo porque ele caiu e eu puxei a touca. Demitiram-no e tiraram o Getúlio. Então eu fui ao dr. Pimentel, expliquei, ele concordou. E eu fui então pedir uma audiência ao Dr. Monte Arraes. E o dr. Monte Arraes disse: “Olha Wilson, eu tenho uma proposta a te fazer”. Eu disse: “Pois não”. E ele: “Eu tenho condições de te manter na Prefeitura do Crato”. Eu disse: “Dr. Monte Arraes, eu agradeço muito essa honra e a sua confiança, mas eu já assumi um compromisso e

não posso quebrá-lo. Agora o senhor pode fazer a minha demissão porque eu estou de pleno acordo, não fico magoado por isso. Conheço bem a política já agora, de forma que é uma coisa natural”. Então eu fui demitido e, bem, fui à casa do Dr. Pimentel comunicar e aí fui advogar. Foi o tempo que eu ganhei dinheiro! E então eu estava casado. Eu me formei em 1937, casei em 6 de outubro de 1938, que é meu aniversário. Então posteriormente, dois anos depois, uma coisa assim, volto à política. E o dr. Pimentel e o então Comandante da Região Militar do Ceará me fizeram uma carta pedindo para eu fundar o PSD no Crato e ser Presidente do Partido. Quer dizer, eu não tinha votado, porque já era eleitor, mas deram o Golpe e eu não votei. Então eu fui chefe político do PSD no Crato sem nunca ter votado. E nunca tinha votado, propriamente. Muito moço, não é? E então, aí veio depois essa outra situação me convidando para fundar o PSD no Crato e me candidatar a Deputado Estadual. E aí está a história. Candidatei-me, fui eleito, até chegar ao ponto que cheguei.

Entrevista concedida em 24 de janeiro de 2000

VICE-GOVERNADOR HUMBERTO BEZERRA

Memorial: Como o senhor classificaria o momento político quando Vice-governador do Estado?

HB: Com o advento de março de 1964, o país começou a viver o que poderiam chamar uma “fase de exceção”, já que se viu obrigado a sair do leito constitucional por algum tempo. Várias reformas foram introduzidas no Estado, algumas das quais na vida política, com a extinção dos partidos e a implantação do processo de eleições indiretas para o Executivo, como ocorre nos países mais avançados do mundo. Para uns, 31 de Março foi uma revolução, para outros, uma contrarrevolução. O certo é que, com o povo nas ruas, as Forças Armadas mais uma vez se viram na contingência de intervir no processo político. Não se pode negar que houve um processo de reforma do Estado, com ampla modernização em várias áreas, como na telecomunicação, sistema financeiro, trabalhista, etc. Também foi profunda a ação do governo na área social, com a criação da Previdência Rural, que hoje ampara cerca de 8 milhões de trabalhadores. Com as reformas implantadas, o país foi voltando ao leito constitucional de modo “lento, gradual e seguro”, como prometido. O último Presidente, General João Figueiredo, por exemplo, não teve necessidade de recorrer à nenhuma medida de exceção. Quando os líderes do Movimento viram que o país poderia voltar à plena democracia, todas as providências foram tomadas em tal sentido, sem traumas, voltando o país à normalidade constitucional com a eleição de Tancredo Neves.

Memorial: O senhor concorda que o cargo de Vice-governador deveria ter maiores atribuições?

HB: As atribuições do Vice-governador estão definidas na Constituição. Como pode ser chamado ao exercício do cargo de Governador a qualquer momento, seu titular deveria tê-las ampliadas, de modo a permitir-lhe mais conhecimento e maior participação na problemática do Estado. Uma vez chamado ao exercício do cargo, por imposição constitucional, lá chegaria já conhecendo assuntos com os quais iria defrontar-se, pela experiência vivida como Vice-governador. Mesmo na hipótese de não assumir o Governo, teríamos mais um homem público em dia com a vida política e administrativa do Estado, em condições de prestar-lhe bons serviços em outras oportunidades. A extinção do cargo de Vice-governador seria fatalmente motivo de crises em caso de ausência definitiva do titular.

Memorial: Aconteceu nesse período algum fato relevante que o senhor gostaria de registrar?

HB: Nada de maior relevância a registrar no exercício do cargo de Vice-governador. Mantive com o governador César Cals um relacionamento amigo e cordial, colaborando, dentro das minhas limitações, para o melhor êxito de seu Governo. Exerci o cargo de Governador dezenas de vezes, num total de 210 dias, sem nenhum estremecimento em nossas relações pessoais e políticas. Tenho por hábito na vida, nunca botar o pé adiante da mão.

Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2000

VICE-GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA

Memorial: Qual a visão do senhor acerca do momento político em que foi vice-governador?

AB: O cargo de vice-governador, pela própria Constituição, é muito claro: o vice apenas tem função direta quando assume o cargo, em decorrência de viagens e ausências, ou por morte do Governador. Tirando o aspecto dessas ausências definitivas ou eventuais, logicamente o Vice-governador, a não ser que o próprio Governador lhe atribua outras obrigações, não tem maior expressão, não. É mais um cargo decorativo.

Memorial: O senhor acha que o vice-governador poderia receber mais atribuições além das que a Constituição define?

AB: Eu acredito é que poderia inexistir. É um cargo que não faz falta nenhuma. O próprio presidente da Assembleia Legislativa seria o vice-governador natural, em caso de impedimento. Mas se é para ficar, deveriam ser dadas algumas obrigações, pelo menos para ele ocupar o tempo e não ficar tão ocioso, sem nada produzir.

Memorial: Quais poderiam ser essas atribuições?

AB: As atribuições realmente são frutos de confiança mútua do governador com seu vice. É procurar, dentro das qualificações do vice, aquelas que ele possa melhor desempenhar. Digamos que ele seja um professor, ele pode ser um secretário de Educação. Se ele é um jurista, pode ser um secretário de Segurança Pública. Enfim, para cada cargo que venha a ocupar, ele teria que estar devidamente preparado para ser

mais um auxiliar do próprio governador, auxiliar de confiança e um substituto eventual das vacâncias do governo.

Memorial: O senhor gostaria de destacar algo especial feito ao curso do exercício do cargo de vice-governador?

AB: Obra de destaque não existe nenhuma porque as viagens do governador geralmente não duram mais de oito dias, e num período tão curto você jamais poderia projetar obras ou trabalhos. Enfim, você tem é que manter o quadro de rotina governamental. Alguns vice-governadores se impõem. Ficam mais à distância para quando assumir, mesmo nos impedimentos, poderem ser respeitados pelo quadro de auxiliares. Mas quando ele não tem essa autoridade, nem sequer os secretários ou os diretores querem despachar com o vice. Há que existir uma afinidade entre o governador com seu vice. Recentemente dois vice-presidentes da República assumiram a Presidência... Se não tiver afinidade, não adianta, além de confiança, qualificação e afinidade.

Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2000

VICE-GOVERNADOR LÚCIO ALCÂNTARA

Memorial: Como o senhor classificaria o momento político administrativo no país e no estado, à época de seu mandato de vice-governador do Ceará?

LA: No Estado, a situação era de muita tranquilidade. Não havia nada a perturbar política ou administrativamente. Já no país, o clima era diferente. Vivíamos o tempo Collor, com todos os efeitos decorrentes da demolição da estrutura administrativa da União, das denúncias de corrupção no Governo Federal, comprometendo o Presidente. O que determinou a abertura do processo de *impeachment* no Congresso, culminando com seu afastamento. Acrescente-se ainda como agravante do clima de instabilidade política que envolvia o país, a instalação e funcionamento da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou o comprometimento do Parlamento com irregularidades na tramitação e aprovação do orçamento, com a cassação de vários deputados. Vivemos, portanto, em ambiente de grande turbulência política, felizmente, pacificado dentro dos marcos da democracia e respeitado o direito de defesa dos acusados.

Memorial: À luz de sua experiência, e com relação às atribuições inerentes ao referido cargo, o senhor redistribuiria, aumentaria as funções próprias deste cargo, ou o extinguiria?

LA: O cargo, a meu ver, deve ser mantido para garantir, na falta ou impedimentos do governador, a sua sucessão. O exercício da função é, todavia, muito delicada. É preciso que seu titular tenha claro que governador só há um e o que lhe cabe é o difícil equilíbrio de manter-se à sombra, discreto,

sem que isto implique anular-se politicamente ou anular sua personalidade. Creio ser conveniente que o governador atribua funções executivas ao seu vice, buscando fazer dele um parceiro. O ócio do vice pode acabar levando-o a envolver-se em tramas políticas prejudiciais ao curso da administração. Para efeito profilático, convém que ambos se vacinem contra a intriga e ação dos interessados em afastá-los. É o que recomenda minha experiência. Afinal, apesar de alguns percalços, superados por esforços comuns, o governador e eu começamos e terminamos nosso período de governo em harmonia.

Memorial: Existe algum fato importante que ocorreu durante a sua passagem pela vice-governadoria que o senhor gostaria de registrar?

LA: Sim, cito dois fatos. Uma longa greve dos médicos do setor de saúde do Estado, quando acumulava o cargo de Vice-governador com o de secretário de Saúde, tendo durante a greve assumido o Governo do Estado, em razão de viagem do titular ao exterior, por período relativamente longo. Nesta situação precisei agir com muito equilíbrio e serenidade para administrar o problema de modo a preservar o diálogo com os colegas e a lealdade ao governador. Sei do ônus político que recaiu sobre mim na ocasião, em função da radicalização com que se comportavam as partes envolvidas, mas fiquei com a consciência tranquila de ter me comportado visando o interesse público e o funcionamento harmônico da administração. O outro fato que julgo relevante foi minha candidatura a prefeito de Fortaleza nas eleições de 1992.

Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2000

VICE-GOVERNADOR FRANCINÉ GIRÃO

Memorial: Como classificaria o momento político-administrativo vigente no país e no estado, à época de seu mandato como vice-governador?

FG: O Brasil vivia um momento especial, em que se gestava o Plano Real, sendo o Governador Ciro Gomes alçado à condição de Ministro da Fazenda, adotando medidas que implicaram em profundas mudanças de caráter econômico. Um período de afirmação da economia brasileira no cenário internacional.

Memorial: À luz de sua experiência política e com relação às atribuições inerentes ao referido cargo, o senhor redistribuiria ou aumentaria as funções próprias deste cargo, ou o extingiria?

FG: Se levarmos em consideração a função do Vice-governador apenas em representar o Governador em suas ausências e comparecer a solenidades oficiais, deveria ser extinta. No entanto, do ponto de vista de que possa exercer funções de caráter administrativo de modo a proporcionar o desenvolvimento do estado, além de atuar na área de articulação política, deveria ser ampliada.

Memorial: Existe algum fato importante que ocorreu durante sua passagem pela vice-governadoria?

FG: Alguns fatos merecem destaque, tais como: a assinatura do Programa de Pós-graduação em Urbanismo – Proureb, ocasião em que viajamos aos Estados Unidos para representar o estado do Ceará e firmar o referido convênio com o Banco Mundial; a decisão da construção do Açude Trussu (região de

Iguatu); a assinatura de estudos da transposição do Rio São Francisco; e a liberação de recursos e ordem de serviço para a construção do Açude Batentes (Rio Pirangi/Ocara – Morada Nova).

Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2000

VICE-GOVERNADOR MORONI TORGAN

Memorial: Como o senhor classificaria o momento político e administrativo quando foi vice-governador do estado?

MT: Foi um momento de continuação das mudanças. Um momento em que o estado do Ceará continuava nas modificações de infraestrutura, especialmente dando as condições para o desenvolvimento sustentável.

Memorial: O senhor gostaria de registrar algum momento importante e especial do período em que exercia o cargo?

MT: Tive momentos de muita felicidade e orgulho por ter sido eleito vice-governador, ainda de um governador que todos admiram e respeitam que é Tasso Jereissati. E ao mesmo tempo ter a confiança do povo cearense para ocupar esse cargo. Acredito que pudemos colaborar na eleição do governador, principalmente na Região Metropolitana, onde o povo tem sido muito carinhoso comigo. Sempre, nessas várias eleições, é a terceira eleição que disputo, a Região Metropolitana de Fortaleza tem-me dado um apoio muito grande, como deu também nessa eleição, o governador Tasso Jereissati. Vivemos um momento de transição em que algumas coisas ainda têm que melhorar. E eu acredito que, ao fim do Governo, as grandes prioridades passaram a ser, especialmente, nas áreas social, de educação, de geração de emprego e de melhor condição e qualidade de vida para o povo cearense. E mais igualdade. Ainda tem uma disparidade muito grande. Se considerarmos os índices que medem a concentração de riqueza, ainda vemos uma concentração muito grande, e essa divisão deve ser paulatinamente feita. Então, eu acredito que

durante o governo em que fui Vice-governador, o Governador Tasso Jereissati deu prioridade ao setor de infraestrutura. Vemos aí o Porto do Pecém, vemos os linhões de energia, vemos o novo aeroporto, não é? Tudo isso visando a atração de investimentos. E eu acho que deu certo porque várias empresas se mudaram para o Ceará. Feito isto, nós estaremos aí saneando o problema do desemprego através da melhor política, que é essa política de atração de investimentos e não o cabide de emprego público, como muitos pensam em fazer.

Memorial: Como vê e analisa o cargo de vice-governador?

MT: Eu acredito que sim. Eu acho que o cargo deveria ter atribuições definidas. Deveria ter algum tipo de atividade, quer seja na área social, ou na área administrativa, em que ele tivesse essa responsabilidade e não dependesse única e exclusivamente das saídas do Governador para assumir alguma coisa nesse sentido. Então, claro que eu não tenho uma ideia formada, mas concordo com a ideia que o Vice fica muito no ostracismo. Essa foi uma das razões que inclusive eu, conversando com o governador Tasso Jereissati, ponderei que no Congresso Nacional eu poderia me desenvolver mais, por isso retornei à Câmara dos Deputados. Porque ainda sou muito novo para ficar esperando que o governador saia para fazer alguma coisa. Então o cargo de vice é totalmente tolhido de iniciativa. Não se pode ter a iniciativa de fazer alguma coisa sob pena de ferir, muitas vezes, susceptibilidades. De alguém falar: Olha, está querendo passar por cima do governador. Então tem que se ter um cuidado tremendo para que as pessoas não façam interpretações errôneas e cheguem a pensar que, só pelo fato de ser vice, estar rompendo com o governador só porque tomou alguma atitude. Então por isso eu acho que já tendo atividades determinadas para o cargo de vice, não terá essa possibilidade dos futriqueiros de plantão fazerem intriga entre o vice e o governador.

Memorial: Alguns políticos são favoráveis à extinção do cargo de vice-governador. O que o senhor diria a respeito?

MT: Eu acho que se o vice continuar nesse estado de inoperância, eu sou um que defendo também a extinção do cargo. Agora se tiver uma atribuição para o vice-governador, eu acho que seria mais importante a continuidade do cargo para a estabilidade do governo. Porque nem sempre o presidente da Assembleia Legislativa será da mesma corrente do governador. Muitas vezes é, mas eu conheço vários estados em que o presidente da Assembleia não é da corrente do governador. Imagine cada vez que o governador sair, assumir alguém que é de uma corrente totalmente diferente, a conturbação que isso vai dar na área administrativa do estado. Então eu concordo com a extinção do cargo de vice, desde que ele continue como está: totalmente inoperante. Agora, se tiver atribuições definidas, eu acho que o próprio candidato a governador vai pensar em alguém que tenha o perfil para assumir aquelas atribuições. E aí defendo uma maior estabilidade. Acredito que o vice operante dá uma maior estabilidade ao governo.

Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2000

VICE-GOVERNADOR MAIA JÚNIOR

Memorial: Como o senhor classificaria o momento político e administrativo em que foi vice-governador do estado?

Maia Júnior: O momento político começava a ter algumas fraturas, no período em que fomos vice-governador. O PSDB já estava no quinto mandato. O governador Lúcio Alcântara foi o último governador eleito nesse ciclo em que o PSDB governou o Ceará, iniciado com o Tasso Jereissati. Em seguida, veio o governo do Ciro Gomes, depois, dois mandatos consecutivos do Tasso Jereissati, quando foi instituída a reeleição no país e o último mandato ficou com o doutor Lúcio Alcântara, eleito em 2002. Ele governou o Ceará de 2003 a 2006. Foi um momento onde já começavam a se organizar melhor as oposições *pra* derrotar o PSDB. Tivemos uma eleição difícil, com o resultado muito apertado, contra o candidato do PT, o prefeito de Icapuí, à época, Zé Airton Cirilo, eleito naquele período deputado federal. Durante o governo, esse acirramento político teve continuidade. Apesar de todas essas dificuldades, a habilidade política do PSDB e a maioria que detinha tanto na Assembleia Legislativa como na Câmara Federal ajudaram a contornar o antagonismo político com relação ao Governo Central, com a eleição do presidente Lula. Conseguimos manter o equilíbrio e o doutor Lúcio passou um período de relativa tranquilidade. Ele administrou o estado com muita seriedade, com dedicação. Os resultados, sem dúvida nenhuma, não só no campo político, mas, sobretudo, no campo da gestão e da eficiência pública, deram a ele um governo de grande aprovação. Politicamente, o então governador Lúcio Alcântara concluiu seu mandato com 60% de aprovação

popular. Mas ele não conseguiu levar essa aceitação para o seu projeto de reeleição. Acho que em função até do próprio desgaste. Governar um estado durante 20 anos, como o PSDB governou, não é fácil. Acho que foi o maior ciclo na história democrática do Ceará. Vinte anos consecutivos. Muitos até dizem que não foram somente 20 anos consecutivos, já que a sucessão ao governo do doutor Lúcio foi feita por quadros do PSDB que se criaram e se projetaram politicamente dentro do partido. É o caso do governador Cid Gomes, que foi um quadro egresso do PSDB. Seu governo tinha uma identidade muito forte com os governos anteriores.

Memorial: O senhor gostaria de registrar algum momento especial no período em que exerceu o cargo?

MJ: Houve vários momentos. Eu já vinha participando do projeto há 12 anos, fui diretor da área de transportes do DERT, no governo do então governador Ciro Gomes. Depois, fui convidado pra ser secretário da Secretaria de Tecnologia (Setec), transformada em seguida, em Secretaria de Infraestrutura, passando a incorporar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Fiquei oito anos sendo secretário de Infraestrutura do governador Tasso Jereissati. Quando do processo eleitoral, fui indicado *pra* ser candidato a Vice-governador e o doutor Lúcio Alcântara, na época, me deu a oportunidade de ser secretário de Planejamento e coordenar as ações administrativas, financeiras e operacionais e todos os programas de políticas públicas do seu governo. A Secretaria de Planejamento do Estado passou a funcionar efetivamente, atuando como uma casa civil do governo, sem as atribuições políticas. Já as atribuições políticas na época, ficaram restritas à Secretaria de Governo. As funções administrativas foram transferidas para a Secretaria de Planejamento e as funções políticas ficaram com a Secretaria de Governo. Essa foi uma experiência muito rica *pra* mim, porque praticamente a Secretaria de Planejamento não só fazia todo o planejamento, como gerenciava o orçamento público e encontrava fontes pra financiar esse orçamento público através das suas estruturas processuais e institucionais, mas a Secretaria passou a exer-

cer toda uma coordenação das atividades administrativas e operacionais do governo. Isso foi um grande aprendizado, já tinha bom conhecimento da máquina pública, pelos 12 anos anteriores e esse foi o principal registro. Logicamente que a Secretaria de Planejamento, nessa gestão, passou a ganhar uma dinâmica muito maior, sobretudo por conta da minha presença inteira na Secretaria, do que a minha participação como vice-governador.

Do ponto de vista do aprendizado, na minha visão de cidadão, a função de Vice-governador até poderia ser reavaliada pelo conjunto político, porque a ausência do governador pode ser suprida nos momentos existentes, por outra configuração. A Assembleia Legislativa, por exemplo, na ausência do governador, poderia fazer essas substituições ou, numa na segunda oportunidade da não presença do presidente da Assembleia, o presidente do Poder Judiciário pode ocupar a vice-governadoria provisoriamente. Eu acho que é uma estrutura que poderia ser avaliada como desnecessária, a não ser do preenchimento dessa vacância, que sempre é muito curta. Tive o cuidado de enxugar muito os custos da vice-governadoria. Fiquei só com aquela estrutura mínima que era aprovada por lei na Assembleia Legislativa. Procurei dar um enxugamento muito grande à vice-governadoria. Eu não tenho dúvida de que, talvez, tenha sido um dos Vice-governadores mais econômicos da história do Ceará, em termos de estrutura disponível e de custo para o Estado. Fui muito austero com essa ocupação que o eleitor do Ceará me incumbiu durante o período de 2003 a 2006. Mas por outro lado, fui um Vice-governador extremamente ativo, do ponto de vista da inserção no processo administrativo e nos rumos e nas definições dos principais programas e das principais políticas de governo, procurando realçar nesse período, o dinamismo que a sociedade exige do governo, no atendimento de suas carências, de saúde, de educação, de segurança, de infraestrutura. Todos esses programas das secretarias setoriais tinham uma forte coordenação da Secretaria de Planejamento, o que me deu um amplo conhecimento da máquina pública e sem dúvida

nenhuma, resultou na boa avaliação popular conferido ao governo do doutor Lúcio Alcântara.

Memorial: O senhor votaria num projeto ampliando as atribuições do cargo de vice-governador do Estado?

MJ: Particularmente acho que não é necessário ampliar as funções da vice-governadoria. Pelo contrário, acho que é um cargo que deveria ser mais restrito ou, quem sabe, dentro de uma avaliação política do processo legislativo, até ser eliminada. Não vejo sentido existir uma estrutura, que não deixa de ser uma estrutura cara para a sociedade, de eleger um Vice-governador e esse Vice-governador, por mínima que seja a estrutura, tem segurança, apoio de cerimonial e outras estruturas administrativas que poderiam ser evitadas. Seria importante encontrar outra forma de fazer as substituições necessárias na vacância do cargo de governador. Isso sempre gerou discussão no Brasil. Eu, se fosse um legislador e tivesse que votar nesse projeto, com certeza, votaria pela eliminação e encontraria outras alternativas para substituir o governador na vacância do cargo.

Memorial: Por que alguns políticos são favoráveis à extinção do cargo de Vice-governador. Na sua opinião, o cargo é desnecessário e deveria ser extinto?

MJ: Pelo que presenciei durante a vigência do meu mandato, pelo meu juízo de cidadão, sem dúvida nenhuma, votaria pelo fim da existência do cargo de vice-presidente, de vice-governador e de vice-prefeito, nas estruturas políticas na federação brasileira.

Memorial: Tem alguma coisa que o senhor, olhando para o tempo em que foi vice-governador, diria hoje: “Puxa, isso eu poderia ter feito diferente e não fiz”?

MJ: Olha, seria muita soberba da minha parte dizer que a gente fez tudo, que imaginava que tinha feito, até porque o período é curto. Olho para o que foi feito, pelo tamanho do projeto, foram cinco mandatos, e acho que o projeto político que participei no Ceará e que me deu a oportunidade de exer-

cer cargos, como o de secretário de estado, diretor de órgão estadual, governador, vice-governador, porque assumi 14 vezes a governadoria, eu diria que dentro do possível, foi feito a maior parte do que foi idealizado e sonhado dentro do projeto de transformação do Estado do Ceará. Penso que as políticas implantadas foram bem-sucedidas. Foram políticas de bons resultados, de muito zelo com o dinheiro público. Havia um comprometimento muito diferente do que a gente vê hoje na sociedade brasileira. Havia seriedade daquelas pessoas que faziam parte do governo, em estabelecer políticas, em estabelecer programas e em direcionar prioridades para serem atendidas com o dinheiro público. Naquele período, as pessoas tinham muito mais comprometimento com a questão pública, com a prioridade, eram governos que priorizavam o método do profissional público, não discriminavam porque as pessoas tinham ideologias contrárias, por puro preconceito. O governo participava de uma forma muito ecumênica, aproveitando os melhores quadros públicos para compor essas equipes. Tinha muita liberdade *pra* trabalhar com essas pessoas e, conseqüentemente, obter grandes resultados com a minha experiência pública. Eu tenho muito orgulho do que fiz. Não tem um dia que eu não vá ao meu travesseiro, silenciar durante a noite o sono devido, que eu tenha que me penitenciar se deixei de fazer alguma coisa que gostaria de ter feito. Se fui impedido de fazer alguma coisa, constrangido por algo que gostaria de ter feito e não fiz, mas pelo contrário, tive um orgulho imenso de ter servido ao Ceará. Hoje vejo que servimos bem ao Ceará. O respeito que as pessoas têm manifestado por nós. Servimos com critério, com dignidade, com correção, graças a Deus entrei e saí do serviço público com o sentimento do dever cumprido. Nunca tive o meu nome comprometido com coisas erradas, com algo que não era do interesse público. Nunca deixei de defender aquilo que era do interesse da maioria da população, nunca deixei de priorizar projetos que poderiam servir à maioria, ao contrário, priorizei projetos na direção de toda a sociedade. Então, tenho a consciência de que fiz o que devia e podia ser feito, dentro dos limites possíveis. Deixamos um trabalho de referência, não só na organi-

zação do Estado - e aí implantamos vários programas pioneiros, do ponto de vista da gestão fiscal - Ainda hoje tem um livro aqui, contemplando todo esse trabalho, que me foi apresentado por um companheiro de trabalho. O livro contém todas as ações realizadas pela Secretaria de Planejamento, no sentido de organizar o Estado, criando um padrão de gestão, de boas políticas públicas. Implantamos no Ceará, a primeira renegociação subnacional da dívida pública com o aval do Governo Federal, que foi a operação SUAP. Foi uma coisa da Secretaria de Planejamento da nossa época. Implantamos também uma boa e dura gestão que deu um alongamento da dívida, proporcionando ao Estado essa situação fiscal, que ainda hoje ele detém. Foi o segundo grande movimento fiscal do Ceará. Foi feito na gestão do governador Lúcio Alcântara, o primeiro, sem dúvida, foi com o governador Tasso Jereissati, que organizou as finanças públicas. A gente aperfeiçoou a organização dessas finanças públicas. Temos programas vitoriosos em todas as secretarias, dando continuidade aos avanços que o Ceará conquistou. O Estado cresceu substancialmente na gestão do governador Lúcio Alcântara, e isso é um orgulho muito grande. E como Secretário de Infraestrutura então, tenho particular orgulho, porque tive liderança em um projeto muito forte de transformação da infraestrutura do Ceará, em todos os segmentos. Na área de energia, estávamos para sofrer um processo de restrição de acesso à energia, de um “apagão”, quando assumimos o governo. Ao sair, deixamos o Estado estruturado na área de energia, na área de logística, na construção do porto do Pecém, do aeroporto, o novo aeroporto Pinto Martins, a construção de mais de dois mil e quinhentos quilômetros de rodovia, duplicação dos acessos da região metropolitana. Na área de Desenvolvimento Urbano, o ícone maior, foi a construção de Nova Jaguaribara, a mudança da cidade velha *pra* a cidade nova, construída também sob nossa gestão. Os programas habitacionais, ou seja, posso dizer, que essa equipe que eu liderei na Infraestrutura e na Secretaria de Planejamento, sem dúvida, fez o que era possível e fez tudo aquilo que *tava* no limite da nossa capacidade e da capacidade do Estado. Até porque governar

não é se propalar, dentro de uma linha de soberba, de que a gente faz tudo, pelo contrário, tem que ter continuidade em governos seguintes. Uma série dessas obras de infraestrutura que nós iniciamos e terminamos, estão sendo continuadas e estão tendo avanço. O importante é que o Ceará tenha uma sequência de avanços, tenha boa gestão no seu desenvolvimento, seja social, nas políticas de Saúde, Educação, Segurança Pública, seja na área da Assistência Social, nas políticas de desenvolvimento regional, de infraestrutura, nos investimentos de melhoria do capital humano.

MJ: Muito obrigado a todos que fazem o Memorial Deputado Pontes Neto, ao seu presidente, Osmar Diógenes, e num momento de despedida como esse, eu gostaria de dizer que esse memorial não poderia ter um nome de uma pessoa melhor, que tive o prazer de conhecer. Conheci sua história, além de ter sido sempre um homem generoso e doador, principalmente com aquelas pessoas mais pobres, que precisavam da sua atenção como médico, mas sobretudo pela dignidade. Foi uma referência e um exemplo, sem dúvida, que as gerações de hoje, provavelmente não conhecem sua história, mas a minha geração que teve a oportunidade, não só de testemunhar o trabalho do doutor Pontes no Ceará, mas sobretudo sua história construindo nosso estado, por mais que fosse a necessidade de fazer uma homenagem, não tem uma homenagem maior do que dar ao memorial, à história que a Assembleia constrói no estado do Ceará, o nome de uma pessoa com essa referência. Eu me sinto muito orgulhoso de fazer parte dessa história, contribuindo para que o Memorial da Assembleia Legislativa possa preservar o depoimento daquelas pessoas que contribuíram com a história do Ceará.

Entrevista concedida em maio de 2014

VICE-GOVERNADOR PROFESSOR PINHEIRO

Memorial: Prof. Francisco Pinheiro, como classifica o momento político e administrativo em que o senhor foi Vice-governador do Ceará?

FP: Para eleição do governador Cid Gomes, nós olhamos todas as áreas: investimento público, área da cultura, pegamos em todas as áreas. Talvez a área com mais privilégio do Ceará seja a questão da segurança pública, apesar de ter tido muitos investimentos, não conseguimos ainda produzir o resultado que almejávamos. Hoje, de cada dois militares que existem no estado do Ceará, um foi contratado pelo governador Cid Gomes.

Memorial: O senhor gostaria de registrar algum momento especial do período em que exerceu o cargo?

FP: Bom, creio que um dos momentos mais importantes foi quando nós exercemos o cargo, quando tivemos o programa chamado *O Governo na Minha Cidade*. Essa iniciativa possibilitou o governo de aproximar-se da população, conseguindo ouvir os anseios do povo. Isso foi muito importante para a primeira gestão do governador Cid Gomes. Considero esse um dos mais importantes momentos em que participei, a ser registrado.

Memorial: O senhor votaria em um projeto, ampliando as atribuições do cargo de Vice-governador?

FP: O cargo de Vice-governador depende muito da relação que ele estabelece com o mandatário. Ampliar ou reduzir a função do Vice-governador depende muito dessa relação.

Creio que o papel principal do Vice-governador seja fazer a substituição do titular quando convocado. No entanto, na prática, quando há um bom relacionamento entre o governador e seu vice, muitas atribuições são definidas entre eles, informalmente. No nosso caso, por exemplo, nós coordenamos um projeto em que discutimos pela primeira vez no Ceará, o orçamento participativo, que se tornou um programa de governo, e essa não era uma atribuição minha. Outro momento que marcou a nossa passagem no governo, foi quando realizamos um amplo debate em todo o Ceará para definir a participação da população no Orçamento do Estado.

Memorial: Alguns políticos são favoráveis à extinção do cargo de Vice-governador. O que o senhor diria a respeito?

FP: Eu não vejo motivo para extinguir o cargo de Vice-governador. É uma função constitucional, prevista na Carta Magna, quando o governador se ausenta, assume o Vice-governador. A outra opção seria o presidente da Assembleia assumir o cargo na ausência do governador. No cotidiano é fundamental a presença do vice. Às vezes, num momento de solidão do governador, quando há uma relação harmônica entre eles, o Vice-governador é uma espécie de conselheiro, um amigo, com quem ele pode avaliar algumas questões e discutir, inclusive, os destinos do estado.

Memorial: O senhor é favorável ao modelo como se realizam as eleições em nosso país? Concorda com a eleição majoritária em que, ao se votar no governador, vota-se também no vice? É favorável ao tempo em que o eleitor votava para governador e para o vice também, separadamente?

FP: Historicamente falando, nós tivemos alguns problemas graves, porque, nesse modelo pode-se ter eleição de projetos diferentes. Então, não tem muito sentido você eleger um Vice-governador de uma chapa de oposição para fazer o governo junto com alguém que é de outro partido. Então, eu creio que é um fato esdrúxulo. O modelo atual é muito mais adequado. Você tem uma chapa que apresenta um projeto e dentro do projeto tem duas figuras com propostas comuns. Eu acredito

que a experiência histórica não foi tão feliz, sobretudo no sentido da falta de alinhamento de ideias e na independência de governador e vice-governador.

Osmar Diógenes: Deputado, nós acompanhamos a sua tradição familiar no Ceará. O que é que o levou à opção pelo PT?

FP: Bom, a minha família tem uma tradição de esquerda, sobretudo, os mais jovens. As raízes mais antigas têm uma relação muito forte com a região jaguaribana, mas, o lado mais jovem da nossa família, principalmente daqueles que tiveram acesso à universidade, boa parte deles, migraram para uma posição mais de esquerda. Muitos foram do Partido Comunista, e nós dessa geração mais jovem, achamos que o PT representava um projeto muito importante para o Brasil. No momento em que o partido foi criado, nós estávamos saindo da universidade e participamos do debate da sua fundação. Acreditamos que ele apresentava um projeto novo, até mesmo diante da esquerda tradicional. E qual é a novidade que poderíamos sinteticamente dizer: foi um partido construído a partir dos debates das bases. No início, tinha os núcleos de base que eram fundamentais para que funcionasse, diferente da tradição dos congêneres comunistas, em que o comitê central é o núcleo mais importante. Meu irmão foi dirigente do PCdoB, depois me filiei ao PCdoB e quando foi criado o Partido dos Trabalhadores, analisando o projeto, nós achamos que o partido tinha uma proposta bem interessante para o Brasil e tínhamos razão, pela adesão das amplas massas trabalhadoras do Brasil.

Osmar Diógenes: Deputado, você falou nos seus antepassados, mas há uma figura muito importante, que foi talvez um dos primeiros cearenses a se destacar com ideias à esquerda, o dr. Cornélio Diógenes. Ele trabalhava na Rede Viação Cearense e foi, inclusive, dirigente comunista aqui do Ceará por muito tempo. Cornélio Diógenes ajudou a educar Moacir Diógenes, que era um homem de esquerda, candidato a deputado federal àquela época pelo Partido Comunista. O senhor

passou quatro anos na vice-governadoria com um resultado positivo, o que dignifica seu currículo. Seu nome está mais ligado ao contexto de vice-governador, é incômodo ser vice?

FP: Não, eu tive uma relação muito boa com o governador, nós não nos conhecíamos. Eu tinha uma relação muito distante com o Cid Gomes. Fomos nos conhecendo e nos tornamos amigos. Temos uma relação próxima, de amizade, de lealdade política que é correspondida. O governador sempre diz, em declarações públicas, que fez um novo amigo. Nós construímos uma relação tranquila, nunca houve um sobressalto. Estávamos construindo um projeto para o Ceará, não tinha o objetivo de exaltar a minha figura e a do governador, era um projeto pensado em prol do Ceará. Não era personalístico.

Osmar Diógenes: Deputado, qual nome dos seus pais e dos seus irmãos?

FP: Meu pai chama-se Aurino Pinheiro Barreto e minha mãe Maria Edite Pinheiro Barreto, ambos de Jaguaribe, primos legítimos. Uma das coisas mais marcantes da nossa vida era a preocupação da nossa mãe com a formação acadêmica dos filhos. Ela sempre dizia: *Eu quero morrer deixando todos os filhos formados*. E todos chegaram à universidade. Somos três irmãos, dois chegaram ao topo máximo da carreira universitária, com o curso de doutorado, tanto meu irmão Zé Auri, quanto eu, fizemos o mestrado e doutorado, a minha irmã Ênia Maria é administradora de empresas.

Osmar Diógenes: Deputado, o Jaguaribe é uma referência sócio-política no Ceará. Sempre estive dividido no passado, entre os partidos da UDN e o PSD. A sua parentela mais próxima era toda agregada à UDN. O senhor deve se lembrar das dificuldades da convivência política na região. É interessante dizer que, o que as famílias e a região promoveram em termos de educação, foi fruto da força das mulheres. Eu acho que se deve esse culto à mulher, sua mãe, a mulher do sertão, seu pai também que teve essa preocupação de educar e criar em você esse sentimento de participação política muito importante. E para o futuro deputado, quais os seus planos?

FP: Eu queria só exaltar dr. Osmar que uma mulher muito importante na minha formação política, na nossa formação acadêmica, foi a dona Francisca Diógenes. Ela foi diretora do colégio Clóvis Beviláqua até o seu falecimento, com mais de 80 anos. Foi uma das principais escolas de formação do Jaguaribe. Ela foi diretora do Grupo Raul Barbosa, onde eu fiz as minhas primeiras letras e também era uma mulher muito forte e muito importante na formação da juventude da minha terra. Quanto aos planos, estou trabalhando para a minha reeleição como deputado estadual e escrevendo algumas obras. Devo publicar esse ano ainda, um trabalho sobre a ribeira do Jaguaribe, aprofundando minha tese de doutorado. Estou escrevendo, também, um trabalho sobre a família escrava no Ceará.

Entrevista concedida em junho de 2014

REGISTROS BIOGRÁFICOS



Francisco de Menezes Pimentel

Vice-governador do Ceará

De 26 de junho de 1947 a 30 de janeiro de 1951

Governador Faustino de Albuquerque e Sousa
1947–1951

MENEZES PIMENTEL

Nasceu em Santa Quitéria (CE) no dia 12 de outubro de 1887, filho do operário Balbino Ferreira Pimentel e de Clara Menezes Pimentel.

Estudou no Colégio São Luís, em sua cidade natal, e no Liceu do Ceará. Em 1907, com 20 anos, fundou na cidade de Pacoti (CE), juntamente com um sacerdote local, o Ginásio São Luís. Transferido para Fortaleza em 1916, esse estabelecimento alcançaria grande prestígio, formando várias gerações de alunos que viriam a ter influência no cenário estadual e nacional. Foram professores do Ginásio São Luís, além do próprio Menezes Pimentel, que o dirigiu até 1946, dom Hélder Câmara e o escritor Austregésilo de Ataíde, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, de 1959 a 1993.

Menezes Pimentel bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em dezembro de 1914, montando em seguida seu escritório de advocacia em Fortaleza. Em 1917, fez concurso para professor das cadeiras de Direito Romano e de Filosofia do Direito, na faculdade onde se formara, apresentando as teses *Fontes do Direito Romano* e *A liberdade humana e as teorias modernas*. Aprovado, ocupou as duas cadeiras, inicialmente como substituto, sendo nomeado em 1918 catedrático de Direito Romano. A partir de 1921, tornou-se diretor da Faculdade de Direito, permanecendo no cargo até 1935.

Menezes Pimentel ingressou na política em 1929, sendo eleito deputado à Assembleia Legislativa do Ceará. Exerceu seu mandato até o ano seguinte, quando a Revolução de 1930 dissolveu o Congresso Nacional e as assembleias estaduais. Voltou então às atividades de professor e advogado. De 1932 a 1933, foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Em 1935, Menezes Pimentel candidatou-se a governador do Ceará na legenda da Liga Eleitoral Católica (LEC), partido que congregava os remanescentes dos grupos que,

até 1930, haviam detido o poder político no estado. Seu opositor deveria ser Juarez Távora, do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, agremiação que agrupava os revolucionários de 1930. No entanto, como a Assembleia Constituinte estadual, eleita no ano anterior com a incumbência de escolher o governador, era formada por 13 deputados do PSD e 17 representantes da LEC, Juarez retirou sua candidatura e José Pompeu Pinto Acióli apresentou-se em seu lugar.

Pouco antes da eleição, contudo, o deputado George Moreira Pequeno, da LEC, passou-se para o PSD, aumentando para 14 cadeiras a representação desse partido. Se o PSD conseguisse atrair mais um deputado, a votação terminaria empatada e seria considerado eleito o candidato mais velho, José Acióli. O esforço de atração do PSD concentrou-se no deputado da LEC, Carlos Eduardo Benevides, o qual recusou todas as propostas. Logo depois, o jornal *A Gazeta de Notícias*, favorável à LEC, sofreu um atentado. Temerosa, a LEC pediu garantias ao Exército, que abrigou todos os seus deputados e o candidato Menezes Pimentel no quartel do 23º Batalhão de Caçadores (BC) até a hora da eleição. No quartel, segundo Itamar Espíndola, ocorreu uma tentativa de envenenamento dos deputados e de Pimentel. Três dias antes das eleições, o presidente Getúlio Vargas chamou ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o interventor federal no Ceará, coronel Filipe Moreira Lima, e o destituiu, nomeando para seu lugar o industrial Franklin Monteiro Gondim, até então secretário do estado. Segundo Itamar Espíndola, Vargas temia as atividades de Moreira Lima, já que este ameaçara “virar a banca” se o candidato do PSD fosse derrotado. No dia da eleição, os deputados e Menezes Pimentel dirigiram-se à Assembleia protegidos por uma companhia do 23º Batalhão de Caçadores. Realizado o pleito, Pimentel venceu por 16 votos contra 14.

Menezes Pimentel foi empossado governador em maio de 1935. Em novembro desse ano, eclodiu em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro a Revolta Comunista. De Fortaleza, Menezes Pimentel enviou forças policiais para Mossoró

(RN) a pedido do prefeito daquele município, Francisco Duarte Filho, que se dizia ameaçado pelo avanço de uma força de dois mil operários.

Como governador, entre outras obras, Menezes Pimentel procedeu à construção dos prédios da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, da Secretaria de Agricultura, do Liceu do Ceará, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), da Escola de Agronomia, do quartel da Força Pública, do Arquivo Público, do quartel da Guarda Civil e da Inspetoria de Trânsito.

Com a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi fechado e todos os cargos efetivos foram abolidos. Extinto o cargo de governador, Menezes Pimentel foi nomeado interventor federal no Ceará.

No dia 11 de maio de 1938, Menezes Pimentel estava na capital da República quando ocorreu o ataque integralista ao palácio Guanabara, residência oficial do presidente Getúlio Vargas. Apesar da precária resistência, os assaltantes acabaram dominados em poucas horas e Pimentel foi o primeiro a entrar no palácio para prestar solidariedade ao presidente.

Durante o período em que se manteve à frente da interventoria no Ceará, Menezes Pimentel voltou-se para os problemas da educação pública, da agricultura, da viação, do ensino profissional, da construção de açudes e do desenvolvimento econômico.

Em 27 de outubro de 1945, dois dias antes de Vargas ser deposto por um golpe militar, Menezes Pimentel exonerou-se para concorrer às eleições estaduais, antecipadas por decreto de Vargas para coincidir com o pleito federal de 02 de dezembro daquele ano. Os candidatos tinham 30 dias de prazo para a desincompatibilização e o decreto proporcionava aos interventores a possibilidade de se candidatarem. Com a deposição de Vargas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu interinamente a presidência do país. Seu primeiro ato foi revogar o decreto que antecipava as

eleições e nomear novos interventores, quase todos ligados ao Poder Judiciário.

Com a redemocratização do país, candidatou-se, no pleito de dezembro de 1945, a uma vaga no Senado Federal pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), mas não conseguiu eleger-se.

Em 1947, já constitucionalizado o país, Menezes Pimentel foi eleito, indiretamente, pela Assembleia Legislativa, vice-governador do Ceará, no dia 26 de junho do mesmo ano para figurar ao lado desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa, eleito, pelo voto popular, governador para a gestão 1947–1951.

Em outubro de 1950, elegeu-se deputado federal pelo Ceará na legenda do PSD. Em 1954, juntamente com Martim Rodrigues e Valter Sá Cavalcante, procurou renovar o PSD, conquistando a adesão de novos nomes para o partido. Em outubro desse mesmo ano, foi reeleito deputado federal.

Durante o governo provisório de Nereu Ramos (11/11/1955 a 31/01/1956), Menezes Pimentel ocupou o Ministério da Justiça, retomando em seguida seu mandato de deputado.

Em outubro de 1958, foi eleito senador com apoio da coligação entre o PSD, o PTB e o Partido de Representação Popular (PRP), deixando a Câmara em janeiro de 1959, ao final da legislatura, para representar o Ceará no Senado. Como senador, fez parte das comissões de Constituição e Justiça, dos códigos Eleitoral e Partidário, de Legislação Social, de Finanças, do Código de Processo Civil, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Relações Exteriores, de Serviço Público Civil, de Redação e de Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, além da Comissão de Educação e Cultura, da qual foi presidente até o término de seu mandato.

Em 1962, ao lado de outros políticos, promoveu em plano estadual uma aliança entre a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD — a chamada União pelo Ceará — para

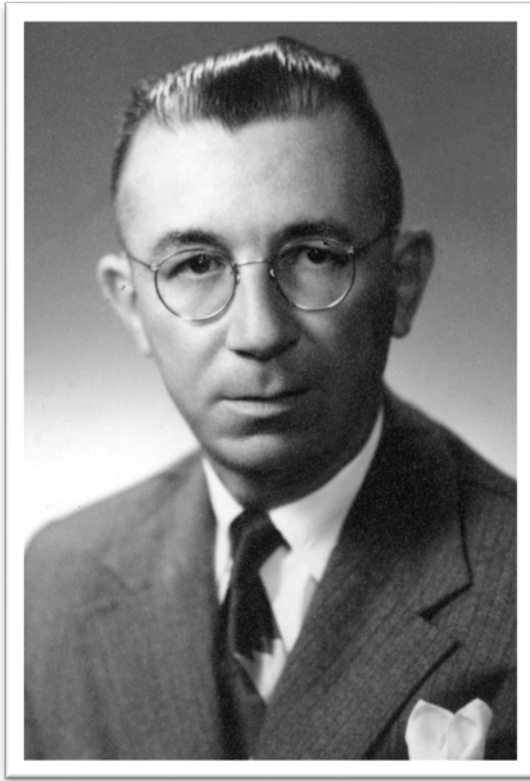
enfrentar no pleito de outubro os candidatos ao governo do estado considerados esquerdistas. Virgílio Távora, da UDN, foi eleito governador.

Após o movimento político-militar de março de 1964, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Menezes Pimentel ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação política de apoio ao regime militar. Nessa legenda, candidatou-se, em outubro de 1966, à renovação de 1/3 do Senado, sendo reeleito para um mandato de quatro anos. Em seu segundo mandato de senador, participou das comissões de Educação e Cultura, de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores, de Redação, do Polígono das Secas, de Serviço Público Civil e de Agricultura. Em janeiro de 1971, pouco antes do término do mandato, afastou-se do cargo por doença, sendo substituído pelo suplente Gentil Barreira.

Menezes Pimentel foi membro da Academia Cearense de Letras e escreveu para os jornais *O Nordeste* e *O Estado*, ambos de Fortaleza. Foi presidente da diretoria regional do PSD no Ceará e membro da diretoria nacional desse partido.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 1973.

Considerado uma das maiores lendas da história política do estado do Ceará de todos os tempos, Menezes Pimentel permanece vivo nas realizações que deixou como grande educador, figura pública de excepcional relevo e cidadão reto e de integridade exemplar.



Stênio Gomes da Silva

Vice-governador do Ceará

De 04 de janeiro de 1951 a 30 de junho de 1954

Governador Raul Barbosa

1951–1954

STÊNIO GOMES DA SILVA

Nasceu em 2 de janeiro de 1907, em Baturité (CE), filho do desembargador Luís Gonzaga Gomes da Silva e de Maria do Espírito Santo Barreira Gomes da Silva. Casou-se com Maria Luísa Filomeno Gomes da Silva. Faleceu em Fortaleza, em 29 de julho de 1961.

Sua formação primária ocorreu no Instituto de Humanidades, em Baturité. Concluiu seus estudos no Liceu do Ceará. Ingressou na Faculdade de Direito, em 1926, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1930. Bacharel em Direito, exerceu a advocacia, com escritório em Fortaleza.

Entre os cargos que ocupou na área jurídica estão o de Promotor da Comarca de Lavras da Mangabeira (1931); em 1933, foi indicado para o cargo de Juiz Municipal e, em seguida, para o de Juiz de Direito. Procurador-geral do Estado de 1938 a 1941.

Em 1934, foi eleito deputado estadual constituinte pela Liga Eleitoral Católica (LEC), exercendo as posições de líder da maioria e membro das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Com o final do Estado Novo, em 1945, retornou à vida política como deputado pelo Ceará à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Popular Sindicalista (PPS). Assumiu seu mandato em março de 1946 e, após a promulgação da nova Constituição, em setembro do mesmo ano, passou a exercer seu mandato ordinário. Entre março e novembro de 1947, licenciou-se da Câmara para assumir o cargo de Secretário de Agricultura do Ceará. Ao sair da referida Secretaria, retornou à Câmara dos Deputados e exerceu o seu mandato até maio de 1948, quando se afastou, momentaneamente, das atividades parlamentares.

Um pouco antes, em 1945, participara da fundação do Partido Social Progressista (PSP), cujo líder nacional era Adhemar de Barros. Em seguida, no ano de 1947, concorreu

ao cargo de Prefeito de Fortaleza, mas perdeu a eleição para o seu concunhado, Acrísio Moreira da Rocha.

Em 1950, foi eleito vice-governador do estado do Ceará na chapa de Raul Barbosa. Em 1954, o então governador Raul Barbosa decidiu disputar as eleições ao Senado, passando-lhe o governo do estado. Assumiu em 1º de julho de 1954, tendo o mandato concluído em 25 de março de 1955.

Sua administração cuidou da conclusão de obras iniciadas pelo governador Raul Barbosa, empenhando-se, principalmente, nas áreas da agricultura e da pecuária, provavelmente por ter uma afinidade maior com essas áreas, já que era fazendeiro em Quixeramobim.



Flávio Portela Marcílio

Vice-governador do Ceará

De 31 de janeiro de 1955 a 1º de julho de 1958

Governador Paulo Sarasate Ferreira Lopes
1955–1958

FLÁVIO MARCÍLIO

Nascido em Picos (PI), a 12 de agosto de 1917, filho de Francisco Carlos Marcílio e de Celecina Portela Marcílio. Faleceu a 26 de janeiro de 1992.

Casado com Nícia de Moraes Correia Marcílio, pai de Nícia Cláudia, Eneida, Flávia, Carlos Flávio e Márcia.

Advogado, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 08 de dezembro de 1937.

Professor de Direito Internacional Público e Internacional Privado, de Direito Penal, Direito Constitucional e Ciência Política. Lecionou, respectivamente, na Faculdade de Direito do Ceará, Universidade Nacional de Brasília, Centro de Estudos Universitários de Brasília e Universidade Católica.

Livre-docente em Direito Penal da UFC e Doutor em Direito, mediante concurso para cátedra de Direito Internacional Público da Universidade Federal do Ceará.

Flávio Marcílio foi um dos homens públicos mais expressivos do Ceará, em todos os tempos. Seis vezes eleito deputado federal, destacou-se de forma significativa no Congresso Nacional, tendo sido três vezes presidente da Comissão de Relações Exteriores e três vezes presidente da Câmara Federal em eleições consecutivas. Ministro do Tribunal de Contas e Juiz do Tribunal Eleitoral do Estado do Ceará.

Ocupou na área executiva importantes cargos do estado, entre os quais o de Vice-governador no período de 1955 a 1958. Assumiu por diversas vezes a governadoria do estado, passando a desempenhar efetivamente essas relevantes funções em 1957, em decorrência da renúncia do titular, o governador Paulo Sarasate.

Em função do trabalho desenvolvido em sua vida pública, recebeu inúmeras homenagens, através de comendas, medalhas e condecorações, no Brasil e em vários países do mundo, entre as quais podemos destacar:

Condecorações e Medalhas concedidas no Brasil

- ◆ Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional
- ◆ Grã-cruz da Ordem do Rio Branco
- ◆ Grã-cruz do Mérito Naval
- ◆ Grã-cruz do Mérito do Trabalho
- ◆ Grã-cruz do Mérito das Comunicações
- ◆ Grã-cruz do Mérito de Brasília
- ◆ Grã-cruz da Ordem do Ipiranga
- ◆ Grã-cruz do Mérito Renascença do Piauí
- ◆ Grã-cruz do Mérito Judiciário do Trabalho
- ◆ Grã-cruz do Mérito de Tocantins
- ◆ Grã-cruz da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho (post-mortem)
- ◆ Medalha da Inconfidência Mineira
- ◆ Medalha do Mérito Tamandaré
- ◆ Medalha do Mérito Santos Dumont
- ◆ Medalha do Mérito Mauá
- ◆ Medalha da Independência, da Assembleia Legislativa de São Paulo
- ◆ Medalha do Mérito Conselheiro José Antônio Saraiva (Teresina/PI)
- ◆ Medalha do Tribunal de Contas dos Municípios do Amazonas
- ◆ Medalha do Reconhecimento do Estado do Rio de Janeiro
- ◆ Medalha do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais
- ◆ Medalha Ana Nery
- ◆ Medalha José Bonifácio
- ◆ Medalha do Pacificador
- ◆ Medalha da Abolição (post-mortem)

Condecorações e Medalhas recebidas no Exterior

- ◆ Mérito da República Italiana
- ◆ Grande Colar da Ordem do Tesouro Sagrado do Japão
- ◆ Ordem do Mérito do Serviço Diplomático – Medalha Kwang Wha – 1ª Classe da República da Coreia
- ◆ Grã-Cruz da Ordem Real da Suécia

- ◆ Grã-Cruz da Ordem Azteca (México)
- ◆ Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica (Espanha)
- ◆ Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito da República do Paraguai
- ◆ Grã-Cruz da Ordem de Cristo (Portugal)
- ◆ Grã-Cruz da Ordem do Sol (Peru)
- ◆ Grã-Cruz da Ordem de San Martin (Argentina)
- ◆ Grã-Cruz do Mérito Civil (Espanha)
- ◆ Grã-Cruz da Ordem do Generalíssimo Francisco de Miranda (Venezuela)
- ◆ Grã-Cruz da Ordem del Libertador Bernardo O'Higgins (Chile)
- ◆ Grão Cordão Especial da Ordem da Estrela Brilhante da República da China
- ◆ Grão Oficial da Legião da Honra da República Francesa

Como Parlamentar representou o Brasil em várias missões internacionais, tais como:

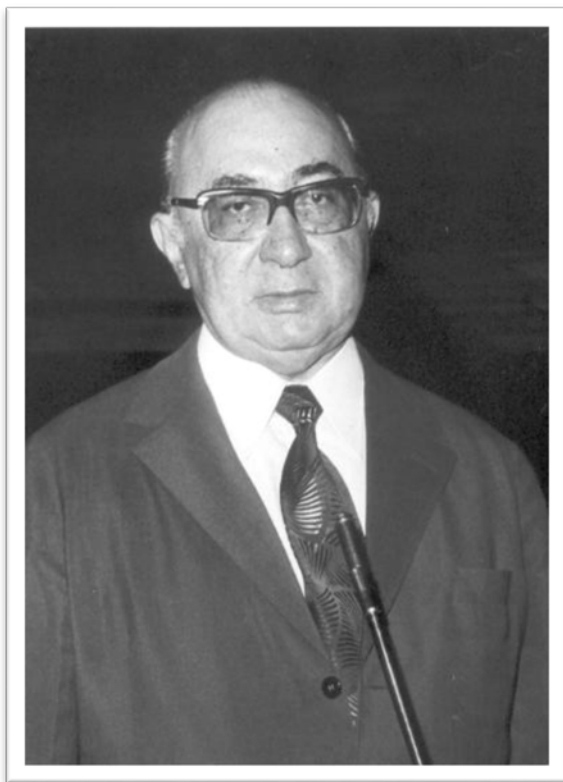
- ◆ Observador Parlamentar junto à ONU (Organização das Nações Unidas) – Nova Iorque (1966–1967)
- ◆ Chefe das Delegações Brasileiras às 58^a, 59^a, 60^a e 65^a Conferências da União Parlamentar, realizadas, respectivamente, em Haia (1970), Paris (1971), Roma (1972) e Bonn (1973); e às 108^a, 109^a e 122^a reuniões do Conselho Interparlamentar, da União Interparlamentar, realizadas em Caracas (1971), laundê (república dos Camarões – 1972) e Lisboa (1978).
- ◆ Viagem a convite do governo da República Popular da China (1981)

Deixou à posteridade, as seguintes obras de cunho científico e acadêmico:

- ◆ *Infanticídio* – Tese para o concurso de Livre Docente de Direito Penal
- ◆ *Continentalidade Americana* – Tese para o concurso de cátedra do Direito Público Internacional
- ◆ *O Ideal de Paz e a Carta de São Francisco*

- ◆ *Desarmamento*
- ◆ *Mar Territorial*
- ◆ *Nixon e a Comunidade Americana*
- ◆ *Homenagem Póstuma ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco*
- ◆ *Sociedade e Juventude em Defesa da Universidade de Brasília*
- ◆ *O Drama do Nordeste*
- ◆ *Asilo e Terrorismo*
- ◆ *Política Externa Brasileira*
- ◆ *Brasil – Revolução e Democracia*

Flávio Marcílio, imortalizado em inúmeras obras públicas e através dos seus escritos, pronunciamentos, apresentação de projetos de leis e nas oportunidades em que representou o País em importantes missões internacionais, será sempre lembrado por seus pares, amigos e pelo povo que representou por várias décadas, como político, legislador, administrador e mestre da Ciência do Direito.



Wilson Gonçalves

Vice-governador do Ceará

De 22 de janeiro de 1959 a 27 de janeiro de 1963

Governador José Parsifal Barroso

1959–1963

WILSON GONÇALVES

Nasceu na cidade de Cajazeiras (PB) a 6 de outubro de 1914. Filho do advogado Zacarias Gonçalves da Silva e de Adília Cavalcante Gonçalves. Faleceu em Fortaleza a 12 de novembro de 2000.

Casado com Amália Cavalcante Gonçalves, de cujo consórcio tiveram os seguintes filhos: Neda Ermênia Gonçalves de Barros, Wilson Gonçalves Júnior e Ronald Cavalcante Gonçalves.

Sua família tem raízes no Crato, o seu nascimento, entretanto, se verificou em Cajazeiras, onde seus pais se demoraram por alguns meses, pois se viram na contingência de ausentar-se da cidade por força de rebelião dos jagunços do Juazeiro, quando em 1914, invadiram aquela cidade em perseguição àqueles que chefiavam a defesa da causa popular, representada pelo governo do coronel Marcos Franco Rabelo, saqueando as suas propriedades.

Passados os efeitos da rebelião, seus pais regressaram ao Crato providenciando então seu registro civil em cartório. Ali passou toda a sua infância, iniciando o curso primário em escola particular, concluindo-o em 1926, no Ginásio do Crato, onde em 1927, prestou o exame de admissão. Fez nesse estabelecimento de ensino, a partir de 1928, todo o curso secundário, terminando-o em 1932. No ano seguinte, submeteu-se a exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará, colando grau como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1937.

Foi admitido a 31 de março de 1938 na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Ceará. Praticou a advocacia como principal profissão, tendo por sede a cidade do Crato, tornando-se um dos principais advogados da região.

Nomeado secretário da Prefeitura do Crato, exerceu essa função no período de 8 de janeiro de 1938 a 23 de março de 1943, quando, por ato interventorial, foi nomeado prefeito do município, cargo que desempenhou até 23 de dezembro de 1945.

Na sua fase de estudante, tomou parte ativa nos trabalhos do Grêmio 3 de Maio, do Ginásio do Crato e do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da Faculdade de Direito, desempenhando função em suas Diretorias, colaborando nas revistas do Centro Estudantil Cearense e da Faculdade. Colaborou, em 1938, no jornal *O Crato*, que se editava naquela cidade, e do qual chegou a redator-chefe.

Ingressou na política em 1945. Eleito à Constituinte Estadual de 1947, foi um dos principais colaboradores na feitura da Carta Magna do Estado, como membro da Comissão Constitucional. Transformada a Assembleia em legislativa ordinária, foi eleito para as comissões de Redação de Leis e de Finanças e Orçamento. Tornou-se, em Plenário, uma das vozes de maior autoridade, em ambas as fases do Legislativo, ocupando na bancada do Partido Social Democrático (PSD) a posição de vice-líder. Foi um dos elaboradores do Regimento Interno da Assembleia.

Reeleito deputado estadual nas legislaturas de 1951 e 1955. Pertenceu a várias Comissões Técnicas Permanentes, como Constituição e Justiça, e Presidente da Comissão de Finanças.

Elegeu-se vice-governador do Ceará para o quadriênio de 1959–1962. Exerceu o Governo do estado, em substituição, por 27 vezes.

Eleito senador a 7 de outubro de 1962, para o mandato de 1963 a 1971. Pertenceu às comissões de Constituição e Justiça; de Projetos do Executivo e do Polígono das Secas e vice-presidente da primeira e presidente da segunda. Pertenceu, ainda, às Comissões Especiais Mistas e de Inquérito, inclusive a Mista que apreciou o projeto que se converteu na Constituição de 1967.

Reeleito Senador para o mandato de 1971–1979. Membro das comissões de Relações Exteriores; de Constituição e Justiça; de Finanças e do Distrito Federal, sendo presidente desta última.

Presidente da Comissão Mista que estudou e ofereceu parecer ao Projeto de Lei nº 9, de 1971, de iniciativa do presidente da República, referentes às Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus.

Exerceu o cargo de vice-presidente do Senado Federal, em duas fases: em 1970 e de 1975 a 1976.

Integrou a Primeira Turma do Tribunal Federal de Recursos, a partir de sua posse, em 22 de novembro de 1978. Passou a pertencer à Sexta Turma do mesmo Tribunal, em 1º de agosto de 1980. Membro Titular do Conselho de Administração e do Conselho da Justiça Federal do Tribunal Federal de Recursos. Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.

Professor Titular de Direito Comercial da Escola Técnica de Comércio do Crato; Professor de Instituições de Direito Público, da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato; e Professor de Direito Tributário, da Escola de Administração do Ceará.

Participação em Congressos e Conferências:

Representou o Congresso Nacional na 54ª Conferência da União Interparlamentar realizada em Ottawa - Canadá, em setembro de 1965. Integrou a Delegação do Senado na Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano em Lima - Peru, em 1965 e na de Montevidéu - Uruguai, em 1967; participou da 101ª Reunião do Conselho da União Interparlamentar, em Genebra - Suíça; participou, como Delegado do Congresso Nacional, da 56ª Conferência da União Interparlamentar, em Lima - Peru, em 1968, bem como da Reunião do Conselho da mesma entidade, realizada em Dacar - Senegal, em abril de 1968; tomou parte na reunião da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento Latino-americano, em 1968, em Assunção - Paraguai; vice-presidente do Grupo da União Interparlamentar, em 1969, por quatro mandatos consecutivos; chefe da Delegação Brasileira à V Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano, em Caracas - Venezuela, em agosto de 1971; chefe da Delegação Brasileira à VI

Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano, na Guatemala, em dezembro de 1972; presidiu a Delegação Brasileira ao I Seminário Continental sobre Colonização e Reforma Agrária, em Bogotá - Colômbia, em julho de 1972; presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-americano para gestão de 1971–1975; participou, como coordenador, da Delegação do Congresso Brasileiro à 1ª Conferência do Parlamento Latino-americano e do Parlamento Europeu, realizada em Bogotá - Colômbia, em julho de 1974; na qualidade de vice-presidente da Junta Diretiva do Parlamento Latino-americano, chefiou a Delegação do Congresso Brasileiro à VII Assembleia Ordinária do mesmo Parlamento, levada a efeito em Caracas - Venezuela, em fevereiro de 1975; reeleito Vice-presidente da mencionada Junta Diretiva nos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978; fez parte da Delegação do Congresso Brasileiro à reunião conjunta das Comissões de Integração Política e de Integração Econômica do Parlamento Interamericano, em Curaçao - Antilhas Holandesas, em julho de 1976; como vice-presidente da aludida Junta Diretiva, participou da Terceira Reunião Conjunta do Parlamento Latino-americano e do Parlamento Europeu, no México, em julho de 1977; tomou parte na reunião da Comissão Permanente de Estatuto e Regulamento, em Assunção - Paraguai, em outubro de 1977, para elaboração do projeto do novo Estatuto do Parlamento Latino-americano; presidente do Seminário de Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político, realizado em Brasília, de 7 a 11 de junho de 1976, como parte das comemorações do Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil; proferiu palestras e conferências sobre matéria jurídica, educacional e trabalhista em Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, estabelecimentos de ensino e perante associações de classe.

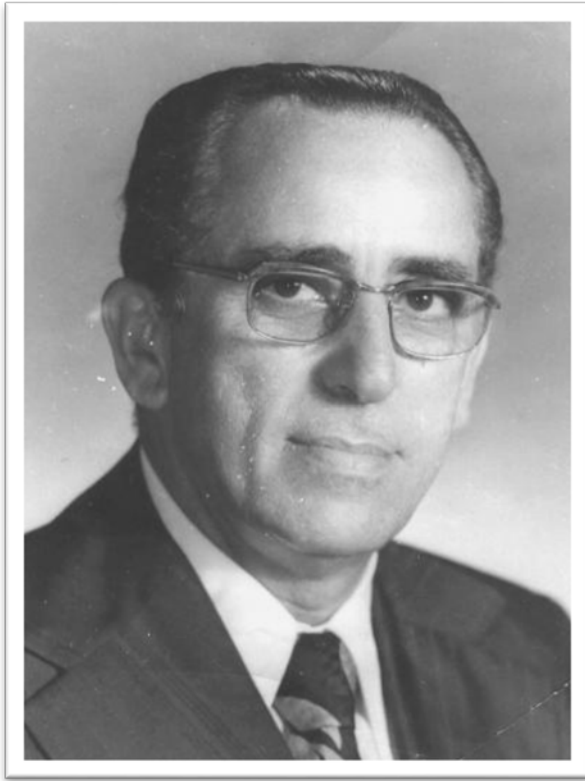
Condecorações:

Grande Oficial da Ordem do Rio Branco (1971); Medalha do Congresso Nacional da Colômbia (1974); Medalha Clóvis Beviláqua; Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Comendador da Ordem do Instituto Histórico

e Geográfico do Distrito Federal; Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional do Brasil (27/05/75); Medalha comemorativa do Sesquicentenário da Instalação dos Trabalhos do Senado Federal (05/12/76); Grande Oficial da Ordem do Mérito de Brasília (21/04/78); Medalha comemorativa do Centenário de Falecimento de Duque de Caxias, concedida pelo Exército brasileiro (03/06/80); Medalha do Mérito Municipal, concedida, por unanimidade, pela Câmara Municipal do Crato; Grande Oficial da Ordem do Ipiranga, São Paulo (03/03/83); Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasília (20/09/83); Ordem do Ipiranga, outorgada pelo Conselho de Honorários e Mérito do Estado de São Paulo; Medalha de Honra Bárbara de Alencar, concedida pela Prefeitura Municipal do Crato (1994).

Publicações:

Matérias jurídicas e forenses sobre habeas corpus, prisão em flagrante, prisão preventiva, posse e ação possessória, honorários médicos, mandato e insuficiência de poderes para alienar; relatórios sobre V Assembleia Ordinária (Parlamento Latino-americano - 1971) e I Seminário Continental sobre Reforma Agrária e Colonização (1972); *A Revolução e o Ensino* (discurso - 1975); *Reforma Constitucional para o Ministério Público* (discurso - 1976); *Síntese de uma Atuação Parlamentar* (livro - 1978).



Joaquim Figueiredo Correia

Vice-governador do Ceará

De 15 de março de 1963 a 15 de março de 1967

Governador Virgílio de Moraes Fernandes Távora
1963–1966

FIGUEIREDO CORREIA

Nascido em Várzea Alegre (CE), a 4 de novembro de 1920, filho de José Correia Lima e de Maria Figueiredo Correia. Faleceu em Fortaleza a 16 de dezembro de 1981.

Casado com Yvonne Vieira de Figueiredo Correia, pai de Ângela de Figueiredo Correia Castelo, Francisco José Vieira de Figueiredo Correia, Anamaria de Figueiredo Correia Farias, Joaquim de Figueiredo Correia Júnior, Cecília Vieira de Figueiredo Correia e Adriana de Figueiredo Correia Cavalcante.

Advogado, bacharelou-se, em 1950, pela Faculdade de Direito do Ceará, em Ciências Jurídicas e Sociais. Aos 18 anos, em 1938, foi emancipado e nomeado Primeiro Adjunto de Promotor, cargo que exerceu por um ano. Inspetor Escolar, aos 20 anos, cuja função permaneceu por um biênio.

Em Fortaleza, no Instituto São Luiz, cursou o Ginásial, retornando a Várzea Alegre, interrompendo aos 18 anos os estudos para assumir a direção dos negócios da família, em virtude de óbito de seu pai.

Em 1943, voltou a Fortaleza para cursar o pré-jurídico, no Liceu do Ceará, e, em 1945, prestou exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará.

A sua marcante vocação política revelou-se muito cedo, já em 1944 foi eleito secretário-geral do Centro Estudantil do Ceará e em novembro deste mesmo ano, por sufrágio da categoria estudantil, foi eleito presidente, sendo reeleito em 1945, obtendo 92% dos votos.

Na Constituinte de 1947, foi, aos 26 anos, um dos deputados mais novos. Em 1948, foi segundo-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Reeleito para as legislaturas de 1951, 1955 e 1959.

Em 1957, foi vice-presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Elegeu-se vice-governador, em 1962, na cha-

pa encabeçada por Virgílio Távora, na coligação *União pelo Ceará*.

Em 1967, foi eleito deputado federal, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Eleito novamente deputado federal para os mandatos de 1975 e 1979.

Na Câmara Federal, exerceu a função de vice-presidente das comissões de Educação e de Justiça. Representou o Parlamento federal em sessões na antiga Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos. Foi presidente do Grupo Parlamentar Cristão. Na reformulação partidária, ingressou no Partido Progressista (PP), optando depois pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Foi secretário de Educação, no Governo Parsifal Barroso; membro do Conselho Estadual de Educação; professor da Escola de Administração do Ceará e procurador do Conselho de Contas dos Municípios.



Francisco Humberto Ferreira Ellery

Vice-governador do Ceará

De 12 de setembro de 1966 a 15 de março de 1971

Governador Plácido Aderaldo Castelo

1966–1971

HUMBERTO ELLERY

Nasceu em Fortaleza (CE), a 29 de março de 1913, filho de Henrique Góes Ellery e de Creusa Ferreira Ellery. Faleceu em 28 de junho de 1993.

Casado com Ilay Garcia Ellery, de cuja união nasceram os seguintes filhos: Humberto Henrique Garcia Ellery, Angélica Maria Ellery Lustosa da Costa, José Humberto Garcia Ellery, Eduardo Humberto Garcia Ellery e Ana Ilay Garcia Ellery.

Militar, formado pelo Colégio Militar de Ceará e Escola Militar de Realengo, na arma de Infantaria. Aspirante em janeiro de 1937, designado para servir na cidade de Lorena, estado de São Paulo. Teve uma carreira de realce no Exército Brasileiro, chegando ao posto de General de Brigada.

Foi agrimensor, ajudante de ordens da presidência do Supremo Tribunal Militar, professor de inglês e educação física da Escola Preparatória de Fortaleza.

Em 1966, foi eleito vice-governador do Ceará pela Assembleia Legislativa, em sessão especial, de forma indireta na chapa de Plácido Castelo para o período de 1967 a 1971.

Entre os vários cargos administrativos que exerceu, destacam-se, entre outros: presidência da Caixa Econômica Federal do Ceará, da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, do Ceará Sporting Clube, do Círculo Militar de Fortaleza; coordenadoria da assessoria técnica do Governo do Estado do Ceará; da assessoria da presidência da Febemce (Fundação Estadual Bem Estar do Menor); da superintendência do Inocope (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais) e da diretoria do Náutico Atlético Cearense.

Sua formação militar, acadêmica e social teve como base os seguintes cursos: Infantaria da Escola Militar de Realengo (RJ), Instrutor de Educação Física do Exército (RJ), Técnicas de Ensino do Ministério do Exército (RJ), Pequenas Unidades e Armas Pesadas, no Fort Benning – Georgia

(EUA); de inglês, fonética e Literatura Americana no IBEU – Fortaleza (CE); de Extensão Universitária de Reeducação e Psicotécnica na Faculdade Católica de Filosofia; de Extensão Universitária para Administração de Empresas na Escola de Administração do Ceará; de Ciclos Econômicos na Faculdade de Ciências Econômicas da UFC; de Iniciação à Antropologia no Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (RJ); de Mercado de Capitais; de Liderança, de Desenvolvimento para Executivos de Alto Nível; sobre Tomada de Decisões (Apex Program); de Teologia de Longa Duração na Faculdade Católica de Fortaleza.

Condecorações:

- ◆ Medalha de Guerra
- ◆ Medalha Militar
- ◆ Medalha do Pacificador
- ◆ Ordem do Mérito Jurídico-Militar

Homem de profunda convicção e fé cristã, foi um dos pioneiros do Encontro de Casais com Cristo, Ministro da Eucaristia e palestrante de Encontros de Jovens e Noivos Cristãos. Era extremamente ligado à família, profundamente dedicado aos amigos e aos seus semelhantes.

Tanto na vida pública quanto no âmbito pessoal, deixou uma imagem de decência, honradez e humanismo. Figura humana sempre simples e humildemente evangélica, apesar de ter exercido os mais altos cargos no Exército Brasileiro, no Poder Executivo estadual e na comunidade leiga da Igreja.



Francisco Humberto Bezerra de Menezes

Vice-governador do Ceará

De 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975

Governador César Cals de Oliveira Filho

1971–1975

HUMBERTO BEZERRA

Filho de José Bezerra de Menezes e de Maria Amélia Rodrigues Bezerra, nasceu em Juazeiro do Norte (CE), a 3 de junho de 1926. Casado com Norma da Silva Bezerra, de cujo consórcio nasceram os filhos: Márcia Rejane Bezerra de Melo Távora, José Bezerra de Menezes (Binho), Sérgio da Silva Bezerra de Menezes e Denise da Silva Bezerra de Menezes.

Fez seus estudos primários no Grupo Escolar Padre Cícero e no Grupo Rural Modelo de Juazeiro do Norte. O curso secundário foi cumprido no Ginásio do Crato, Colégio Cearense do Sagrado Coração e Escola Preparatória de Fortaleza.

Graduou-se oficial do Exército Brasileiro, na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, turma de 1947–1949 com curso de especialização na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em Realengo (RJ), em 1964.

Sua exitosa trajetória de vida, tanto no âmbito militar quanto na política é de grande expressividade. Humberto Bezerra atingiu a patente de tenente-coronel. Foi vice-governador e governador, sem nunca deixar de ser a pessoa simples, amiga e solidária, na verdade, um exemplar cidadão.

Prefeito de Juazeiro do Norte, de 1963 a 1966. Deputado Federal, de 1963 a 1966 e de 1966 a 1971.

Vice-governador de 1971 a 1974, eleito pela Assembleia Legislativa, de forma indireta, na chapa de César Cals. Assumiu a Governadoria do Estado por inúmeras vezes, nas ocasiões de afastamento do governador.

Entre os honrosos cargos que ocupou em sua atividade pública e na iniciativa privada, destacam-se:

- ◆ Secretário de Estado (1975 a 1978);
- ◆ Presidente do Bicbanco (1981 a 1996);
- ◆ Vice-presidente do Conselho de Administração do Bicbanco;

- ◆ Fundador e Presidente da BIC Arrendamento Mercantil S/A (1992);
- ◆ Fundador e Presidente da BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (1992);
- ◆ Fundador da Associação Assistencial José Bezerra de Menezes, constituída em 12.03.1995, com sede em Juazeiro do Norte (CE).

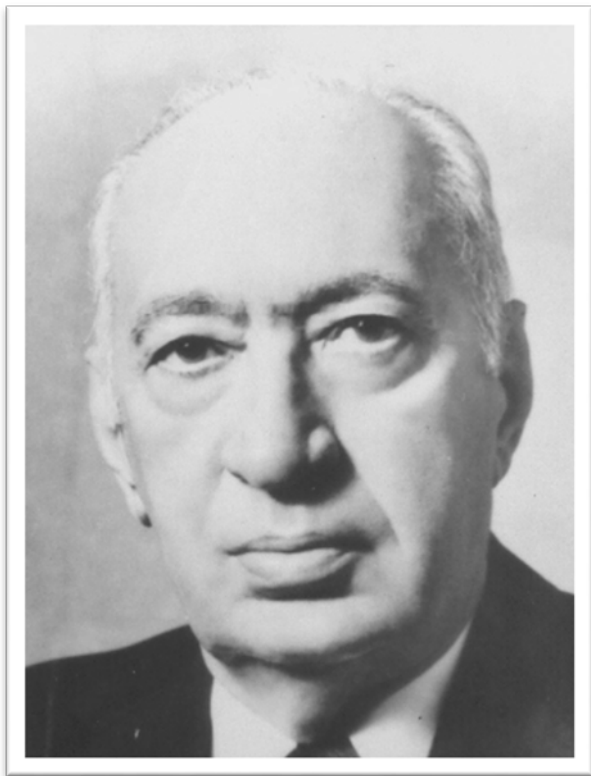
Distinguido com os títulos de Amigo do Exército e Amigo da 10ª Região Militar.

Condecorações e Medalhas

- ◆ Almirante Tamandaré
- ◆ Medalha de Bronze do Exército
- ◆ Medalha do Pacificador
- ◆ Medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas

Foi agraciado com Títulos de Cidadania dos seguintes municípios: Fortaleza, Assaré, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Farias Brito, Iguatu, Ipaumirim, Jucás e Sobral.

Humberto Bezerra, cidadão e exemplar figura humana, mantém a sua grande inclinação filantrópica através do trabalho desenvolvido na Fundação Assistencial José Bezerra de Menezes, localizada em área de 2.219,70 m², amparando 41 idosos de Juazeiro do Norte, numa inegável demonstração de dedicação e solidariedade humana.



José Waldemar de Alcântara e Silva

Vice-governador do Ceará

De 15 de março de 1975 a 28 de fevereiro de 1978

Governador José Adauto Bezerra

1975–1978

WALDEMAR ALCÂNTARA

Nasceu em São Gonçalo do Amarante (CE), a 12 de abril de 1912, filho de Raimundo Nonato da Silva e de Luiza de Alcântara e Silva. Casou-se, em São Gonçalo a 20 de maio de 1939, com Maria Dolores Brasileiro de Alcântara, sua prima, filha do cel. Adelino Cunha Alcântara e de Maria de Abreu Brasileiro de Alcântara, havendo do consórcio quatro filhos: Luiza Maria, Lúcio Alcântara, Lúcia Maria e Lília Maria. Faleceu em Fortaleza a 10 de dezembro de 1990.

Iniciou os estudos em sua cidade natal. Em Fortaleza, matriculou-se no Liceu do Ceará e concluiu os estudos no Colégio São João. Visando a carreira de médico, após o término dos estudos em Fortaleza, dirigiu-se a Salvador, formando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1938.

Em 1939, fez o curso de Sanitarista, sendo nomeado médico sanitarista do Departamento de Saúde Pública do Estado do Ceará. Em seguida, assumiu a chefia do posto de saúde em Quixadá, onde efetivamente iniciou sua carreira de médico. Waldemar Alcântara exerceu os cargos de chefe do Centro de Saúde de Fortaleza; diretor do Departamento Estadual de Saúde, secretário de Saúde, no Governo Raul Barbosa e secretário de Educação e Saúde, no Governo Virgílio Távora.

Esteve à frente de diversas instituições: presidente da Policlínica Dona Libânia; presidente do Instituto dos Cegos; diretor da Faculdade de Medicina; presidente do Centro Médico Cearense; presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Ceará – CCM; presidente da Academia Cearense de Medicina; fundador e presidente do Instituto do Câncer do Ceará; diretor do Banco do Nordeste do Brasil, onde substituiu, por 15 vezes, o presidente da referida instituição, durante suas ausências temporárias; superintendente da Campanha Nacional de Tuberculose; primeiro diretor do Sanatório de Maracanaú; presidente da Sociedade Cearense de Cardiologia; membro do Conselho Universitário da Universida-

de Federal do Ceará (UFC); vice-presidente da Associação de Professores de Ensino Superior do Ceará (Apesc) e presidente da Cooperativa da mesma Associação; e membro da Academia Brasileira de Medicina Militar.

Eleito deputado estadual com a maior votação do Ceará, cumpriu mandato de 1947 a 1951. Em 1954, assumiu a cadeira de deputado federal, em decorrência da morte do deputado Walter de Sá Cavalcante. Em outubro do mesmo ano, foi eleito deputado estadual, pelo PSD, o mais votado do partido. Com a extinção dos partidos políticos, em 1964, filiou-se à Arena (Aliança Renovadora Nacional), da qual foi vice-presidente do Diretório Estadual.

Suplente do senador Paulo Sarasate, com o falecimento deste, assumiu o mandato de 1968 a 1974. Durante o mandato de senador, Waldemar Alcântara foi membro da Comissão de Saúde, presidente da Comissão de Segurança Nacional e de Assuntos Regionais, relator do Projeto de Lei que criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e coordenador Geral da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (Cocene).

Eleito vice-governador do estado, pela Assembleia Legislativa, tomou posse a 15 de março de 1975. Com a renúncia do governador Aduino Bezerra, assumiu a 28 de fevereiro de 1978, a governadoria do estado, permanecendo à sua frente até 15 de março de 1979, quando passou o cargo a seu sucessor, governador Virgílio Távora.

Distinções:

- ◆ Sócio Honorário da Casa do Estudante do Ceará
- ◆ Estudante Honoris Causa do Liceu do Ceará
- ◆ Doutor Honoris Causa da UFC
- ◆ Acadêmico Honorário da Academia Cearense de Letras
- ◆ Personalidade do Ano do Clube Líbano Brasileiro (1978)
- ◆ Troféu Sereia de Ouro, da Televisão Verdes Mares
- ◆ Contador Honorário do Brasil
- ◆ Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará

Títulos de Cidadania Honorária das seguintes cidades: Fortaleza, Apuiarés, Caucaia, Icó, Itapajé, Pacoti, Paracuru, Pentecoste e Quixadá.

Condecorado com as Medalhas do Mérito da Câmara Federal, do Mérito do Senado Federal, do Sesquicentenário da Independência, da Marinha do Brasil, do estado do Rio de Janeiro, do Mérito da Universidade Federal do Ceará, Justiniانو de Serpa, do Mérito Turístico de Fortaleza, do Sesquicentenário de Alencar e Medalha da Abolição.

Significativas homenagens foram-lhe prestadas, entre as quais se destacam: aposições de retrato na Associação dos Prefeitos do Ceará; na Procuradoria Geral do Estado; na Procuradoria de Justiça do Estado; denominação de Governador Waldemar Alcântara ao Salão Nobre da Procuradoria Geral do Estado; ao Plenário do Conselho de Contas do Ceará; à estrada que liga Paracuru a BR-222, passando por São Gonçalo do Amarante; à sede do IPEC (Instituto de Previdência do Estado do Ceará), na cidade de Cedro e ao Fórum de Justiça de Pacoti.

Registram-se dentre muitas obras e trabalhos publicados, os abaixo relacionados:

- ◆ O Médico, o Operário e o Patrão (1946)
- ◆ Ação Parlamentar, tomos I e II
- ◆ Trabalhos apresentados, no Senado, como Coordenador da Comissão Mista para examinar o projeto de criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)
- ◆ Projeto sobre Medidas Preventivas e Repressivas ao Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes
- ◆ Discurso em homenagem à memória de Oswaldo Cruz, ao ensejo de comemoração do Dia Nacional da Saúde



Manoel Castro Filho

Vice-governador do Ceará

De 15 de março de 1979 a 15 de março de 1982

Governador Virgílio de Moraes Fernandes Távora
1979–1982

MANOEL DE CASTRO

Nasceu em Morada Nova (CE) a 1º de julho 1912, filho do coronel Manoel Castro Gomes de Andrade e de Maria Cândida Gomes de Andrade. Faleceu em Fortaleza a 18 de setembro de 1995.

Casado com Osmira Eduardo de Castro. Do consórcio nasceram Douvina Aleuda de Castro, Manoel Arizio Eduardo de Castro e Solange Eduardo de Castro.

Advogado, iniciou seus estudos na cidade de Aracati, no Colégio José de Alencar, dirigido pelo dr. Joaquim Moreira de Souza, então Promotor de Justiça da Comarca, tendo ali feito o curso primário, nos anos de 1927 e 1928.

Em 1929, veio para Fortaleza para cursar o secundário no Colégio Castelo Branco, onde permaneceu até 1931. Em 1932, matriculou-se no Ginásio São João. Em 1934, prestou o exame vestibular na Faculdade de Direito do Ceará, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1938.

Em 1939, transferiu sua residência para Limoeiro do Norte, onde dedicou-se à advocacia. Em 1945, foi nomeado Juiz Eleitoral, permanecendo naquela função até julho de 1946, quando foi substituído pelo Juiz de Direito, dr. Otacílio Peixoto de Alencar.

Deputado Constituinte em 1947. Membro da Comissão de Segurança Pública, eleito em sessão ordinária de 22 de julho daquele mesmo ano. Reeleito por sete legislaturas consecutivas (1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1975). Integrou diversas Comissões Técnicas e foi primeiro-secretário da Mesa Diretora em 1966.

Como presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, em 1970, exerceu por várias vezes a chefia do Governo do Estado, durante as ausências do governador Plácido Castelo.

Detentor da Medalha do Mérito Parlamentar, condecoração concedida apenas aos Deputados com 25 anos de atividades legislativas.

Eleito vice-governador pela Assembleia Legislativa, indiretamente, na chapa de Virgílio Távora, em 1978, assumiu em caráter definitivo, o Governo do Estado, a 15.03.1982, em vista do afastamento do governador titular para candidatar-se ao Senado Federal.

A atuação do governador Manoel Castro Filho foi a confirmação de toda sua vida pública, pautada sob a égide de esperança em dias melhores para o Ceará. Muito o distinguia, a sua fidelidade partidária e a sua amizade aos conterrâneos de Morada Nova e aos cearenses em geral. Foi um homem simples e de ética política invejável.



José Adauto Bezerra de Menezes

Vice-governador do Ceará

De 15 de março de 1983 a 15 de março de 1987

Governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
1983–1987

ADAUTO BEZERRA

Filho de José Bezerra de Menezes e de Maria Amélia Rodrigues Bezerra. Nasceu a 3 de junho de 1926, em Juazeiro do Norte (CE). Pai de Adauto Bezerra Júnior, Moema Bezerra Mota, Regina Bezerra, Mônica Bezerra de Alencar Ara-ripe, Ângela Bezerra Machado e Arthur Bezerra.

Concluiu o curso de Oficial do Exército na Academia Militar de Agulhas Negras (RJ). Deputado estadual eleito em 1959; reeleito às legislaturas de 1963, 1967 e 1971. Assumiu o Governo do Estado em 1967, quando presidente da Assembleia Legislativa, substituindo o governador Plácido Castelo e novamente no Governo César Cals, durante o biênio 1970–1971; 1º vice-presidente do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional - Arena, seção Ceará.

Governador do Estado do Ceará, eleito para o período de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979, renunciando ao cargo em 28 de fevereiro de 1978, a fim de candidatar-se a deputado federal nas eleições daquele ano.

Deputado federal (eleito com 120.000 sufrágios – a maior votação do Nordeste para a legislatura de 1979); vice-governador do estado do Ceará (companheiro da chapa de Gonzaga Mota, eleito em 15 de novembro de 1982); superintendente da Sudene; vice-presidente geral e presidente do Conselho de Administração do Bicbanco; Presidente de Honra do Partido da Frente Liberal (PFL).

Comendas e Medalhas:

Comendas: da Ordem do Mérito das Forças Armadas, no Grau de Oficial; de Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro (conferida pelo Vaticano); do Lions Clube Internacional (conferida pela Presidência do Clube).

Medalhas: da Abolição; de Bronze (do Exército); do Mérito (da Prefeitura de Fortaleza); de Melhor Deputado (em várias legislaturas).

Títulos de Cidadão Honorário das seguintes cidades:

Fortaleza, Abaiara, Aracoiaba, Arneiroz, Assaré, Bai-xio, Baturité, Brejo Santo, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Iguatu, Ipaumirim, Itatira, Jaguaratama, Jaguaribe, Jardim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Maranguape, Mauriti, Milagres, Nova Olinda, Orós, Palmácia, Piquet Carnei-ro, Porteiras, Potengi, Russas, Saboeiro, Santana do Cariri, Sobral, Tianguá, Uruburetama e Várzea Alegre.

Homenagens:

Denominação Palácio Deputado Aduino Bezerra ao edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por decisão unânime dos deputados; designação de Governador Aduino Bezerra ao Centro Social do Mondubim (decreto do prefeito Evandro Ayres de Moura); denominação de Rodovia Governador Aduino Bezerra à estrada que liga Crato a Assaré (decreto do governador Waldemar de Alcântara); denominação de Aduino Bezerra a um colégio do Estado.

Diplomas:

- ◆ Doutor Honoris Causa da Universidade do Vale do Acaraú
- ◆ Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Ceará
- ◆ Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do Ceará
- ◆ Sócio Honorário da Academia Cearense de Letras
- ◆ Sócio Honorário da Academia Sobralense de Letras
- ◆ Sócio Benemérito da Sociedade Cearense de Tiro, Caça e Pesca
- ◆ Amigo da Imprensa Oficial

Distinções:

- ◆ Amigo dos Trabalhadores
- ◆ Amigo dos Funcionários Públicos
- ◆ Economista Honorário do Ceará
- ◆ Contador Honorário do Brasil



Francisco Castelo de Castro

Vice-governador do Ceará

De 15 de março de 1987 a 10 de agosto de 1990

Governador Tasso Ribeiro Jereissati

1987–1991

CASTELO DE CASTRO

Filho de João Batista de Castro e de Maria Petronília Castelo de Castro. Nasceu a 22 de setembro de 1922, em Mombaça (CE), e faleceu a 10 de agosto de 1990, em Fortaleza.

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Em 1944, aos 21 anos de idade, foi nomeado prefeito de Mombaça pelo interventor estadual Menezes Pimentel. Ao término do período de intervenção, passou a residir em Fortaleza, onde trabalhou como vendedor na Companhia Quixadá Comercial e Importadora. Prefeito de Mombaça quando disputou vitoriosamente as eleições diretas para a Prefeitura, em 1958, pelo Partido Social Democrático (PSD).

Deputado estadual nas legislaturas de 1963, 1967, 1971, 1975, 1979 e 1983; secretário adjunto de Trabalho e Ação Social (no 1º Governo de Virgílio Távora); vice-governador do Ceará, no período de 1987 a 1990.

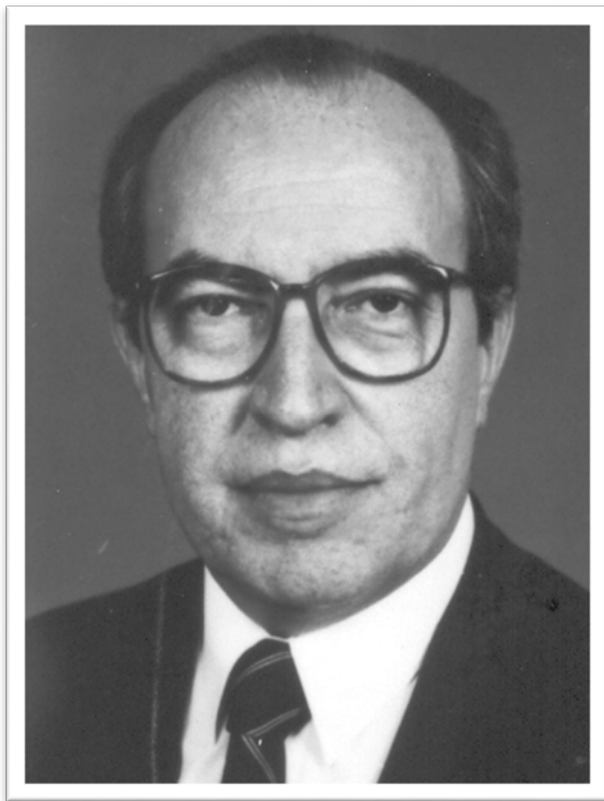
Figura de destaque do Legislativo cearense, por suas reais qualidades de homem público e de cidadão digno. Por várias legislaturas representou o espírito de oposição consciente, como líder, inicialmente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), posteriormente Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Sóbrio, de proposições elegantes, soube, como poucos, no ciclo após a Revolução de 1964, não transigir de seus princípios e conduzir-se com rara sabedoria na tribuna da Casa do Povo. Manteve, ao curso de sua função de líder da oposição, acalorados debates com o líder do Governo, Aquiles Peres Mota, mas, em nenhum momento adotou posições indelicadas ou agressivas.

Presidente da Assembleia Legislativa no biênio 1985–1986. Quando da renovação da Mesa Diretora em 1985, apresentaram-se à disputa dois candidatos: Murilo Aguiar e Castelo de Castro. O primeiro, apoiado pelo gover-

nador do estado, Gonzaga Mota, enquanto Castelo de Castro recebia o beneplácito da oposição e do presidente da Casa, Aquiles Peres Mota. A previsão do resultado de empate favorecia o mais velho, no caso, Murilo Aguiar. A votação decorreu em clima dos mais tumultuados na história do Legislativo cearense. Quase no final da apuração, o presidente concluiu pela anulação de um voto favorável a Murilo Aguiar, determinando a vitória de Castelo de Castro. Tomado de sentida revolta pelo resultado anunciado, viu-se acometido de violento infarto, sendo conduzido ao Hospital Prontocárdio, onde veio a falecer.

Orador fluente e convincente, sua presença na tribuna era a certeza de um diálogo de alto nível, sempre abordando assuntos do interesse público. A par de suas qualidades de homem político, destacou-se pela lhanza no trato com seus companheiros deputados, principalmente no calor dos debates.

Sua vida foi totalmente dedicada às atividades políticas, e um exemplo de altivez e independência. Não deixou descendentes nem bens materiais.



Lúcio Gonçalo de Alcântara

Vice-governador do Ceará

De 1º de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1994

Governador Ciro Ferreira Gomes

1991–1994

LÚCIO ALCÂNTARA

Nasceu em Fortaleza (CE), a 16 de maio de 1943. Filho do renomado médico e insigne político José Waldemar de Alcântara e Silva e de Maria Dolores Brasileiro de Alcântara.

Casado com Maria Beatriz Rosário de Alcântara, nascendo do consórcio dois filhos: Maria Daniela e Leonardo, ex-deputado federal, eleito para as legislaturas 1999–2002, 2003–2006 e 2007–2010.

Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em 1966. De 1967 a 1970, foi médico da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e médico do antigo INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). De 1968 a 1969, foi médico perito do INPS. Consultor para Assuntos de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em 1969. Médico da Clínica de Medicina Geral do Hospital Geral de Fortaleza do INPS, em 1969. Organizador e primeiro Diretor do Hospital São José para Doenças Transmissíveis Agudas, hoje Hospital São José de Doenças Infecciosas, integrante da Rede Hospitalar de referência do Estado do Ceará (1970).

Professor Adjunto do Departamento de Saúde Comunitária do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará, por concurso público. Secretário de Saúde do Estado do Ceará em diversos períodos, de 1971 a 1973, de 1975 a 1978 e de 1991 a 1992. De 1974 a 1975, foi diretor da Divisão Médica Assistencial do Hospital Geral de Fortaleza, antigo INPS. Secretário de Assuntos Municipais no período de 1978 a 1979. Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos Estados, de 1991 a maio de 1992.

Na política, foi nomeado prefeito de Fortaleza, para o período de 1979 a 1982. Deputado federal de 1983 a 1987 e de 1987 a 1991. Deputado Constituinte em 1987, onde foi titular da Subcomissão do Poder Legislativo da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Suplente da

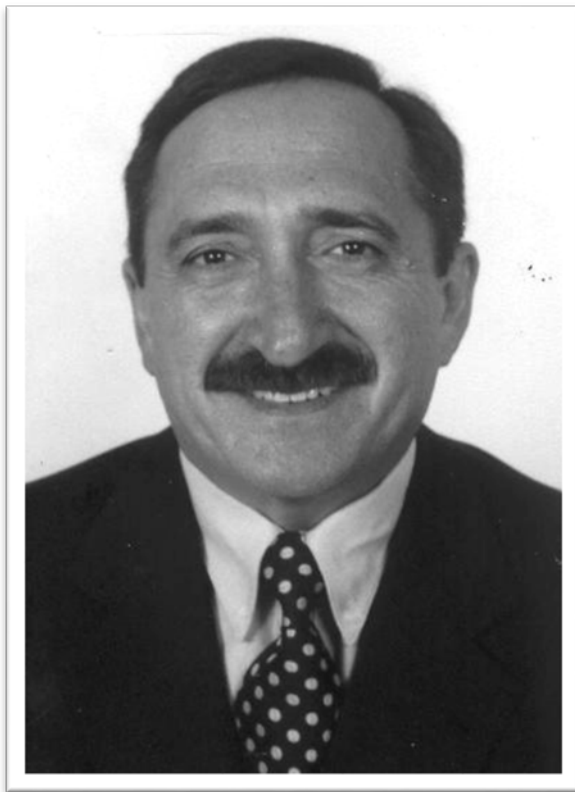
Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e da Comissão da Ordem Social. Vice-governador do Ceará de 1991 a 1994. Eleito senador da República para o período de 1995 a 2003. Governador do Ceará de 2003 a 2006.

Na Câmara dos Deputados, foi titular da Comissão de Saúde, em 1983. Suplente da Comissão de Interior em 1983. Vice-líder do PFL (Partido da Frente Liberal), em 1986. Membro Titular da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, de 1989 a 1990. Ex-presidente regional do PFL e do Instituto Tancredo Neves, órgão nacional de estudos e pesquisas do PFL, em Brasília.

No Senado Federal, foi vice-presidente e membro suplente da Comissão de Educação e de Assuntos Econômicos. Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal. Ex-presidente Regional do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Instituto Teotônio Vilela, órgão de estudos e pesquisas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Com mais de quarenta obras publicadas, é titular da Academia Cearense de Letras (patrono da cadeira 26) e da Academia Quixadaense de Letras (titular da cadeira nº 18); sócio honorário da Academia Cearense de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores; membro da Associação Brasileira de Bibliófilos e seu diretor de publicações; sócio efetivo e Presidente do Instituto do Ceará (2017–2019); presidente do Instituto do Câncer do Ceará – ICC; presidente do Partido da República (PR/Ceará).

Algumas de suas publicações: Um compromisso interior; O Descompasso dos tempos; Inquietações que fazem escrever; Lúcio Alcântara: um executivo no Parlamento; O PDT e o Nordeste: uma contribuição à discussão; O beato, o devoto e o soldado – lembrando Canudos; Doação dos órgãos – A lei da vida; Entre páginas, entre vidas; Baús; Blog de papel; São Gonçalo do Amarante e o Padre Antonio Vieira; O rio da minha infância; A casa da minha avó.



Francisco Xavier Andrade Girão

Vice-governador do Ceará

De 08 de outubro a 31 de dezembro de 1994

Governador Francisco de Paula Rocha Aguiar
1994

FRANCINÉ GIRÃO

Nasceu na Fazenda Barbada, no município de Morada Nova (CE), a 3 de dezembro de 1948, filho de João Perboyre Teófilo Girão e de Odete Andrade Girão.

Fez seus estudos em sua cidade natal, respectivamente na Escola de 1º Grau Egídia Cavalcante Chagas e Colégio Monsenhor Tabosa.

Ingressou na vida pública em 1982 ao ser eleito, com consagradora votação, prefeito de Morada Nova, exercendo o mandato por seis anos.

Em fevereiro de 1991, teve acesso à Assembleia Legislativa, elegendo-se deputado estadual na legislatura 1991–1995.

Exerceu a vice-governadoria do estado no período de outubro a dezembro de 1994, completando o mandato do então vice-governador Lúcio Alcântara. Nessa mesma ocasião, exerceu titularidade da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, no Governo Francisco Aguiar.

Em 1995, voltou à Assembleia Legislativa do estado, atuando mais uma vez como representante de Morada Nova. Renunciou ao cargo, no ano seguinte, para concorrer novamente à Prefeitura de sua cidade natal. Eleito, ficou à frente do Executivo municipal por mais quatro anos.

Ingressou no curso de administração de empresas em 2003, desligando-se do programa, após alguns semestres, para exercer o cargo de vice-prefeito de Morada Nova. Eleito que foi na chapa de Adler Damasceno Girão para o período de 2005 a 2008.



Moroni Bing Torgan

Vice-governador do Ceará

De 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998

Governador Tasso Ribeiro Jereissati

1995–1998

MORONI TORGAN

Filho de João Torgan e de Wilma Bing Torgan, nasceu em Porto Alegre (RS), a 24 de junho 1957. Casado com Rosa Cristina de Caldas Torgan, pai de Mosiah e Jared.

Sua formação acadêmica foi feita na Universidade Federal do Rio do Sul, como Técnico em Contabilidade, em 1976, e em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1982.

Tem cursos na Academia Nacional da Polícia Federal (formação de Delegado da Polícia Federal), em 1983; de Especialização Contra o Crime Organizado, na Academia do FBI, em 1986 e de Especialização em Lavagem de Dinheiro e Narcotráfico, pelo Departamento de Tesouro Americano, em 1991.

Em sua destacada carreira pública, exerceu, entre outros, os cargos de: delegado titular da Delegacia de Polícia Fazendária do Ceará; delegado da Polícia Federal – chefe do Setor de Entorpecentes; presidente do Conselho Nacional de Transito (Contran); secretário da Segurança Pública do Estado do Ceará; vice-presidente do Conselho Nacional da Segurança Pública e Coordenador Geral do Sistema Integrado de Defesa Social (Sindes).

Conferencista da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Formação de Governantes do Ceará, da Escola Estadual de Saúde e de várias instituições do país, sobre os temas drogas e segurança pública.

Deputado federal em quatro legislaturas, 1991–1994 (pelo Partido Democrata Cristão), 1999–2002 (pelo Partido da Social Democracia Brasileira), 2003–2006 (pelo Partido da Frente Liberal) e 2015–2018 (pelo Democratas), quando foi o mais votado pelo Ceará, totalizando 277.774 votos. Vice-governador do estado do Ceará, de 1995 a 1998, exerceu por várias vezes o cargo de governador nas ausências do titular Tasso Jereissati.

Entre as relevantes funções que ocupou ou exerceu na Câmara Federal do país destacam-se:

- ◆ Relator e Autor da CPI de Exploração da Prostituição Infanto-juvenil
- ◆ Relator do processo de cassação do deputado João Alves (BA)
- ◆ Membro Titular da CPI da Pistolagem
- ◆ Membro Titular da CPI que apurou o Rombo da Previdência Social
- ◆ Membro Titular da CPI referente a Paulo César Farias
- ◆ Membro Colaborador da CPI do Orçamento
- ◆ Membro Titular da Comissão de Narcotráfico do Parlamento Latino-americano
- ◆ Membro Titular da Comissão de Constituição e Justiça e Redação
- ◆ Membro Titular da Comissão de Defesa Nacional
- ◆ Membro Titular da Comissão de Relações Exteriores
- ◆ Membro Titular da Comissão de Viação e Transporte
- ◆ Membro Titular da Comissão de Finanças e Tributação
- ◆ Membro Titular da Comissão de Combate à Seca
- ◆ Membro da Subcomissão Permanente da Segurança Pública
- ◆ Membro da Subcomissão Permanente de Combate e Prevenção ao Narcotráfico e ao Uso Indevido de Drogas
- ◆ Relator da Subcomissão Permanente de Combate e Prevenção ao Narcotráfico e ao Uso Indevido de Drogas (1993)
- ◆ Presidente da Subcomissão Permanente de Combate e Prevenção ao Narcotráfico e ao Uso Indevido de Drogas (1994)
- ◆ 1º vice-presidente do GRUPAD (Grupo de Prevenção às Drogas no Congresso)

Ao longo de sua vida pública, recebeu os seguintes Prêmios, Medalhas e Condecorações:

- ◆ Prêmio Destaque Parlamentar 1992, conferido pela Associação de Diretores Lojistas de Brasília (DF)
- ◆ Medalha da Aeronáutica

- ◆ Medalha da Marinha
- ◆ Medalha do Exército
- ◆ Medalha da Polícia Militar do Estado do Ceará
- ◆ Medalha da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal
- ◆ Diploma da Polícia Federal da Alemanha
- ◆ Diploma de Melhor Secretário de Estado – Imprensa/CE
- ◆ Diploma Dragão do Mar de Melhor Deputado Federal
- ◆ Título de Cidadão de Fortaleza – maio de 1989
- ◆ Título de Cidadão Cearense – dezembro de 1995

Após concorrer à Prefeitura de Fortaleza em quatro pleitos seguidos, 2000, 2004, 2008 e 2012, sem lograr êxito, foi eleito vice-prefeito da cidade, na chapa de Roberto Cláudio, para o período 2017–2020.

Assumiu o cargo de prefeito, pela primeira vez, por sete dias, em 29 de março de 2017, devido ausência do titular Roberto Cláudio.



Benedito Clayton Veras Alcântara

Vice-governador do Ceará

De 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002

Governador Tasso Ribeiro Jereissati

1999–2002

BENI VERAS

Nasceu em Crateús (CE), a 18 de agosto 1935, filho de Oswaldo Farias de Alcântara e de Raimunda Veras Farias (Da. Senhazinha). Faleceu em Fortaleza, no dia 6 de novembro de 2015.

Casado com Vanda de Sousa Alcântara, havendo do consórcio três filhos: José Clayton de Sousa Alcântara, Lise Alcântara Castelo e Sérgio de Sousa Alcântara.

Iniciou os estudos na sua cidade natal. Kursou o ginasial e científico no Colégio Liceu do Ceará. Bacharelou-se em Administração de Empresas, na Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Sua vocação política e inclinação para cultura emergiram muito cedo, nos idos de 1950, quando participou, como revisor e colaborador, do jornal *O Democrata*, periódico do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além de ter sido um dos mais inteligentes líderes da juventude de “esquerda” daquela época histórica. Sua passagem pela Universidade revelou um estudante considerado dos mais ilustres. Humanista, preocupou-se com o bem-estar da coletividade, dedicando-se, efetivamente, à política, desde 1986, oferecendo aos cearenses uma inestimável contribuição na reconstrução democrática do estado.

Foi membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo um de seus fundadores, e, em 1991–1992, ocupou a sua Presidência Regional, no Ceará.

Ressaltam-se, abaixo, os principais fatos da sua vida administrativa, parlamentar e outras atividades vivenciadas até os dias presentes:

- ◆ Presidente do II, III, IV Congressos de Estudantes do Estado do Ceará (1953–1955)
- ◆ Secretário-Geral da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (1957–1958)

- ◆ Presidente do Diretório Acadêmico Juscelino Kubitschek, na Escola de Administração do Ceará (1964–1965)
- ◆ Professor da Universidade do Ceará e da Universidade de Fortaleza (Uinfor)
- ◆ Presidente do Centro Industrial do Ceará – CIC (1967–1977)
- ◆ Presidente do Comitê Suprapartidário Pró-Tancredo Neves (1984–1985)
- ◆ Vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC (1987–1988)

A sua inserção na vida política oficial teve início quando foi nomeado pelo governador Tasso Jereissati, como Assessor Especial, no período de 1987 a 1990.

Senador da República, no mandato de 1991 a 1999. Foi suplente da Mesa Diretora, entre 1991 a 1994. Membro titular das comissões de Assuntos Sociais e de Economia (1991–1992). Suplente da Comissão de Educação (1991–1992 e 1993–1994) e da Comissão Infraestrutura (1993–1994). Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (1993–1994). Titular da Comissão de Economia (1993–1994). No Congresso Nacional, foi Relator da Comissão Mista para Modernização do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (1991). Membro suplente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (1991) e seu titular em 1992–1993. Membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (1991–1992). Relator da Comissão Especial Mista para Estudar o Problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro (1992–1993).

No Poder Executivo, foi ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan/PR), de março a dezembro de 1994.

Entre 1995 a 1996, no Senado Federal, foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos e membro suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Educação. No período de 1997 a 1999, foi suplente da Co-

missão de Assuntos Econômicos. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Membro titular das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Fiscalização e Controle.

Eleito, em 1998, vice-governador na chapa de Tasso Jereissati, exerceu este cargo de maneira plena. Com a renúncia do titular para concorrer à vaga no Senado Federal, Beni Veras assumiu o Governo do Estado, no período de 5 de abril de 2002 a 1º de janeiro de 2003.

Na atividade particular foram significativas as suas atividades:

- ◆ Gerente de vendas da Casa Inglesa, no Ceará
- ◆ Vice-presidente da S/A Roupas do Nordeste
- ◆ Vice-presidente da Confecção Guararapes S/A
- ◆ Industrial do ramo de confecção (Fábrica CONFEX S/A), em Fortaleza

São obras de sua autoria os seguintes trabalhos monográficos:

- ◆ Boa gestão. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1992. 1 V
- ◆ Boa gestão dá voto. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1992. 1V
- ◆ Os dois Brasis. Brasília, Senado Federal, 1995. 22p
- ◆ Ceará resiste a intimidações. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1991 9p
- ◆ Discurso do Senador Beni Veras. Brasília, Senado Federal 1996. 10p
- ◆ Em defesa do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1991. 13p
- ◆ Em defesa da empresa pública. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1992. 5p
- ◆ Em defesa do semiárido e pela modernização do DNOCS. Brasília, Senado Federal, 1991 10p
- ◆ Pela manutenção de preços uniformes para combustíveis, e o aço como fator de redução do desequilíbrio econômico

- regional. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1991. 10p
- ◆ Planejamento, instrumentos para o desenvolvimento regional: algumas sugestões. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1991. 14p
 - ◆ Planejamento para o futuro. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1994. 24p
 - ◆ Por um desenvolvimento equilibrado para o País. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1992. 76p
 - ◆ Por um desenvolvimento equilibrado do País. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico 1993. 76p
 - ◆ Previdência, desequilíbrio ou reforma. Brasília, Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações 1988. 163p
 - ◆ Problemas nacionais. Brasília, Gabinete do Senador Beni Veras 1993. 50p
 - ◆ A resposta do Brasil à epidemia de AIDS. Brasília, Senado Federal 1996. 19p
 - ◆ Brasil, um país desigual. Brasília, janeiro de 1999. 187p



Francisco Queiroz Maia Júnior

Vice-governador do Ceará

De 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006

Governador Lúcio Gonçalves de Alcântara

2003–2006

MAIA JÚNIOR

Nasceu em Recife (PE) no dia 21 de maio de 1957, filho de Francisco de Queiroz Maia e Maria José Cordeiro Maia.

Engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Ceará, em 1980 e bacharel em Administração de Empresas, pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Participou de cursos de extensão universitária em Engenharia de Tráfego, Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil; extensão universitária em Planejamento de Transporte, Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, Brasil; extensão universitária em *Strategic Management of Regulatory and Enforcement*, Harvard – John F. Kennedy School of Government, KSG, Massachusetts, Estados Unidos; curso de curta duração em *Infraestrutura in a Market Economy* Harvard – John F. Kennedy School of Government, KSG, Massachusetts, Estados Unidos; curso Programa Gestão Estratégica para Dirigentes Empresarias, Insead, Fontainebleu, France; curso *Strategy and Business Innovation Program*, Wharton University of Pennsylvania, Philadelphia, Pennsylvania.

Empresário da construção civil, com atuação em várias empresas privadas e públicas, desenvolveu estudos de linhas urbanas e de implantação de abrigos para passageiros e instalou controles operacionais de tráfego, quando exerceu os cargos de Diretor Técnico da Secretaria de Transportes do Município e Diretor de Transportes do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes – Dert/CE. De 1995 a 1999, exerceu o cargo de titular da Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicação e Obras do Estado do Ceará – Seteco. De 1998 a 1999, acumulou a pasta da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDU.

Em 1999, executou a fusão dos dois órgãos na Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra), da qual esteve à frente até o início de 2002. Como titular da Seinfra, foi responsável pelo planejamento das políticas públicas nas áreas de Habitação, Saneamento Ambiental, Energia, Comunicações,

Transportes e Obras através das empresas vinculadas: Cegas, Cage, Metrofor, Detran/CE e Dert.

Homenagens recebidas pelos serviços prestados à sociedade cearense:

Medalhas de Honra ao Mérito dos comandos do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Ceará; título de Cidadão Cearense concedido pela Assembleia Legislativa do Ceará em 1999; Benemérito do Parque Botânico, concedido pela FIEC; Amigo da Região Martins Soares Moreno, concedido pela 10ª Região Militar; Amigo dos Municípios, concedido pela Revista dos Municípios do Ceará; prêmio destaque do Ceará, concedido pelo Jornal Tribuna do Ceará; Homenagem Especial Sedemat II - Congresso Brasileiro da Construção; Homenagem Infraero pela construção do novo Aeroporto de Fortaleza (2001).

Em reconhecimento ao competente trabalho à frente da Seinfra, que resultou em condições de infraestrutura indispensáveis ao desenvolvimento industrial do Ceará, recebeu da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, a Medalha do Mérito Industrial, 2002.

Foi eleito vice-governador do Ceará, na chapa do governador Lúcio Alcântara, para o período de 2003 a 2006. Durante o biênio 2008–2009, assumiu a vice-presidência do Centro Industrial do Ceará (CIC). Em 1º de fevereiro de 2017, Maia Junior assumiu o cargo de secretário de Planejamento e Gestão do governo do Ceará.



Francisco José Pinheiro

Vice-governador do Ceará

De 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010

Governador Cid Ferreira Gomes

2007–2010

PROFESSOR PINHEIRO

Nasceu a 28 de setembro de 1954, em Jaguaribe (CE). Filho de Aurino Barreto Pinheiro e de Edite Pinheiro. Casado com Margarida de Lima Pompeu, médica e professora/doutora da Universidade Federal do Ceará, no Departamento de Patologia e Medicina Legal. Filhos do casal: Heráclito Aragão Pinheiro, Francisco Pablo Aragão Pinheiro, Iago Domingos Bezerra Pinheiro e Alpha Manoela Pompeu Pinheiro.

Alfabetizou-se no Grupo Escolar Raul Barbosa em Jaguaribe. cursou o ensino fundamental em Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira, ambos no Ceará, retornando a Jaguaribe para cursar o ensino médio no Colégio Clóvis Beviláqua. Concluiu os estudos em 1971 no Colégio Farias Brito, em Fortaleza.

Doutor em História Social, pela Universidade Federal de Pernambuco, e professor do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará, onde se graduou. É especialista em História da Igreja na América Latina, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi presidente da Associação dos Docentes da UFC e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Ceará, ocupou por dois mandatos a presidência do diretório municipal do PT, em Fortaleza. Vereador e líder da oposição na Câmara Municipal de Fortaleza, no período 2005-2008. Em 2005, na gestão Luizianne Lins, assumiu o cargo de secretário da Regional IV. Em 2006, foi eleito vice-governador do Ceará na chapa composta pelo então governador Cid Gomes. Em 2010, foi eleito deputado estadual com 38.517 votos. Nesse período assumiu a Secretaria de Cultura do Estado. Voltou à Assembleia em setembro de 2013, permanecendo até janeiro de 2015.

Como secretário da Cultura do Ceará, realizou uma gestão transparente, garantindo o acesso democrático para a produção, divulgação e circulação de bens culturais em todo o

estado. Durante sua gestão foi realizada a bem sucedida Bienal Internacional do Livro, que em 2011 recebeu um público recorde de 610 mil visitantes, e um faturamento de R\$ 8,5 milhões em negócios realizados.

Implantou o Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Ceará, fundamental ao resgate da memória documental dos 184 municípios do estado. Responsável pelo acréscimo de cerca de 60% de captação dos recursos provenientes da renúncia fiscal, por meio da Lei de Incentivo à Cultura e por projetos como a entrega aos fortalezenses do prédio do Cine São Luiz. Levou a Secult para o corredor cultural da cidade e as obras de acessibilidade do Theatro José de Alencar, um dos principais cartões-postais da cultura cearense.

Como vice-governador do Ceará, durante a primeira gestão de Cid Gomes à frente do Executivo estadual, desenvolveu um trabalho de aproximação do Governo com os movimentos de representação popular. Consolidou o Plano Plurianual Participativo e Regionalizado, que, durante os quatro anos de administração, percorreu todo o Estado, ampliando o debate sobre a destinação de recursos públicos com a sociedade civil.

Como deputado estadual, apresentou projeto de lei tornando o município de Paraipaba a capital da produção de coco no Ceará. Através de um projeto de indicação, o parlamentar propôs a criação do Sistema Estadual de Cultura – SIEC, indicando suas fontes de financiamento e regulamentando o Fundo Estadual de Cultura.



Domingos Gomes de Aguiar Filho

Vice-governador do Ceará

De 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014

Governador Cid Ferreira Gomes

2011–2014

DOMINGOS FILHO

Filho de Domingos Gomes de Aguiar e de Mônica Moreira de Aguiar. Nasceu em Tauá (CE), no dia 9 de outubro de 1963.

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará – UFC, em 1987. Desenvolveu militância advocatícia na área do Direito Público, com destaque na assistência jurídica aos administradores municipais, no Ceará, experiência essa que foi acrescentada ao seu desempenho funcional enquanto servidor público da extinta Fundação de Saúde do Estado do Ceará – Fusec (1981), assessor da Presidência do Instituto de Previdência do Estado do Ceará – IPEC (1986), e do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa (1990).

De tradicional família política, com marcada atuação na região dos Inhamuns, sua história se inicia com as participações políticas dos seus antepassados (avô e bisavô e, por último seu pai, médico e político tauaense).

Domingos Filho sempre soube reconhecer e valorizar os vínculos genéticos e políticos com o município de Tauá e com os Inhamuns. Esse passado histórico justifica sua vasta base eleitoral naquela região e que hoje transcende e alcança outras do estado. Os expressivos resultados obtidos em eleições, nos municípios de Tauá, Ararendá, Aiuaba, Arneiroz, Boa Viagem, Catarina, Cariré, Crateús, Icó, Independência, Ipueiras, Novo Oriente, Parambu, Pedra Branca, Quiterianópolis, Tabuleiro do Norte, Fortaleza e outras cidades, consolidaram sua ascensão e seu destaque no cenário político cearense.

O alcance desse bem sucedido trabalho resultou na sua eleição para quatro mandatos como deputado estadual (1995–1999, 1999–2003, 2003–2007 e 2007–2011). Seu êxito político foi, também, confirmado com a eleição (2000) e a reeleição (2004), de sua esposa, a advogada Patrícia Pequeno Costa Gomes de Aguiar, para prefeita de Tauá. Nesse muni-

cípio, o Domingos Filho atingiu o recorde de votação nas últimas três eleições. O reconhecimento político elevou-o à presidência interina do PMDB cearense, no período de 01/01/2004 a 08/07/2005. No desempenho de seus mandatos ocupou cargos de significativa importância, na Assembleia Legislativa do Ceará, a saber:

- ◆ Eleito, em 2007 e reconduzido em 2009, para a presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa;
- ◆ Eleito, em 2009, presidente do Colegiado de Presidentes de Assembleias Legislativas;
- ◆ Eleito, em 2008, presidente do Parlamento Nordestino;
- ◆ Eleito, em três ocasiões, para a 2ª vice-presidência da Mesa Diretora, e para o posto de 3º e 4º secretário da Mesa Diretora;
- ◆ Presidiu a Frente Parlamentar Municipalista, em missão oficial, representando a Assembleia Legislativa na Holanda, em setembro de 1995;
- ◆ Relator do Projeto de Reforma e Consolidação do Regimento Interno da AL;
- ◆ Autor do Projeto Iniciativa Compartilhada;
- ◆ Relator da Comissão de Atualização do Regimento Interno e Adequação do Código de Ética Parlamentar;
- ◆ Presidente da Comissão de Criação, Fusão, Incorporação e Desmembramento de Municípios do Estado do Ceará;
- ◆ Presidente Nacional da Comissão de Criação, Fusão, Incorporação e Desmembramento de Municípios da Unale – União das Assembleias Legislativas do Brasil (Comissão Representativa da PEC nº 13/2003);
- ◆ Autor do Projeto de Lei nº 237/1995, que disciplina o processo de julgamento de Prefeitos e Vereadores;
- ◆ Autor do Projeto de Lei nº 07/2003, que disciplina a criação de novos municípios, e que possibilita o desenvolvimento das localidades que clamam pela emancipação;
- ◆ Baixou o Ato Normativo nº 242/2007, criando a Comissão Especial de Sistematização, com vista à atualização da Constituição do Estado do Ceará;

- ◆ Autor da Lei Complementar nº 85/2009 que dispõe sobre os estudos de viabilidade municipal para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios no estado do Ceará.

Sempre aberto ao diálogo e qualidades como gestor e negociador, Domingos Filho, à frente do Legislativo cearense, criou o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Casa, a Universidade do Parlamento Cearense, instalou a União Interativa do Legislativo Cearense (Unilece), a Ouvidoria Parlamentar, o Protocolo Digital de requerimentos e o projeto Construção Compartilhada da Cidadania, que promove a interlocução da Assembleia Legislativa com o segmento estudantil cearense.

Outra iniciativa de grande impacto foi a inauguração do novo Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará, que passou a contar com instalações modernas e interativas, com acessibilidade a todo cidadão, situando-se entre os mais modernos da América do Sul.

Durante sua gestão, investiu fortemente na reestruturação da sede do Poder, garantindo tanto à sociedade como aos parlamentares melhores condições de trabalho e atendimento. Foram reformados os gabinetes dos parlamentares, construído o Complexo de Comissões Técnicas, ampliado e modernizado o Plenário 13 de Maio e as instalações da Rádio FM Assembleia.

Nesse processo, também houve a ampliação do sinal da TV Assembleia para, praticamente, todo o estado e a criação de novos programas em sua grade, contemplando o segmento jovem, o resgate da memória do Estado, dando ainda, um novo incremento à cobertura jornalística da emissora.

A Rádio FM Assembleia também teve suas instalações ampliadas e conta hoje com uma grade de programação que contempla o ouvinte cearense com uma cobertura completa dos fatos jornalísticos e culturais, além de documentários e especiais sobre personalidades e fatos históricos. Reforçando o Complexo de Comunicação, o parlamentar investiu

ainda na modernização do Portal da Casa, disponibilizando ao internauta informação ágil e em tempo real, conferindo mais transparência às atividades legislativas.

No âmbito político, foi o primeiro presidente de Assembleia estadual a promover a atualização da Constituição estadual, cuja nova versão foi lançada em 2009, quando se comemorou os 20 anos de promulgação da Carta Magna do Estado do Ceará, ocorrida em 1989. A atuação conjunta e compartilhada exercida por Domingos Filho, com o apoio dos demais parlamentares cearenses, foi uma marca de seu trabalho.

Nos seus quatro anos de gestão, assegurou um amplo e democrático debate de todas as proposituras e temas de interesse da sociedade que chegam a Casa. Com isso, estreitou a relação do Poder com os seguimentos organizados, propiciando a utilização de instrumentos como o diálogo, participação, formulação, debate e discussão permanente sobre os assuntos de interesse do Ceará e dos cearenses.

Domingos Filho ocupou o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, tomando posse em 19/08/2014. Eleito presidente da Corte em 1º de dezembro de 2016. O órgão foi extinto pela Emenda Constitucional Nº 92, a 16 de agosto de 2017, pela Assembleia Legislativa do Ceará. Em 26 de outubro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a extinção do Tribunal de Contas, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), proposta pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon.



Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Vice-governadora do Ceará

De 1° de janeiro de 2015 a _____

Governador Camilo Sobreira Santana

2015-____

IZOLDA CELA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho nasceu a 9 de maio de 1960, em Sobral (CE). Filha da professora Maria Helena Cela e do médico cardiologista Afonso Walter Magalhães Pinto. Casada com José Clodoveu de Arruda Coelho Neto, político, advogado e professor da Universidade Vale do Acaraú. Mãe de quatro filhos: Hilda, Luísa, Clara e Pedro.

Na infância, concluiu o ensino fundamental e cursou o ensino médio no Colégio Sobralense, em sua cidade natal.

Izolda Cela é mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Tem Especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, além de estudo na área de Educação Infantil na Universidade Estadual do Ceará. É graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará e professora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Psicóloga escolar com experiência na educação de crianças e jovens, iniciou sua carreira no Colégio Sobralense entre 1986 e 1988. Em 1989, fez parte da diretoria da Escola Arco-íris, em Sobral. Também atuou em clínica no atendimento de crianças, na Clínica de Desenvolvimento Integrado (CDI), em Sobral, de 1991 a 1995.

Como professora concursada da Universidade Vale do Acaraú, foi docente do curso de Pedagogia, exerceu o cargo de pró-reitora adjunta de Extensão e coordenou o Programa Alfabetização Solidária, desde sua implantação, em 1997, até dezembro de 2000. Através da UVA, integrou a equipe de apoio pedagógico ao CAIC, escola municipal de ensino infantil e fundamental vinculada ao curso de Pedagogia (1995 a 1997), exercendo a função de orientadora de professoras de 1ª série na área da Psicogênese da Língua Escrita.

Atuou na Secretaria de Desenvolvimento da Educação de Sobral, de 2001 a 2003, como subsecretária, e de

2004 a 2006 como secretária de educação, período em que foi iniciada a reforma educacional do Município.

Destacou-se no meio político com sua gestão à frente da Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), entre 2007 e 2014, quando foi responsável pela implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), modelo que virou referência nacional e é utilizado pelo Governo Federal como política de educação para todo o País. À frente da Seduc, atuou no fortalecimento do regime de colaboração, com foco na alfabetização das crianças, também promoveu a melhoria dos índices de fluxo e desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio do estado, foi responsável pela diversificação da oferta do ensino médio, articulando e implementando a educação profissionalizante em todo o Ceará.

Eleita vice-governadora em 2014 na chapa composta por Camilo Santana, a professora Izolda Cela entra para história, quando, em agosto de 2015, tornou-se a primeira mulher a assumir a governadoria do estado do Ceará.

Na gestão do Governo do Ceará, Izolda Cela tem a atribuição de realizar a coordenação executiva do Pacto por um Ceará Pacífico, com foco na promoção de articulação e compromissos voltados para a prevenção da violência e para o fortalecimento de uma cultura de paz.

VICE-GOVERNADORES

e seus respectivos mandatos

Francisco de Menezes Pimentel	26.06.1947 a 30.01.1951
Stênio Gomes da Silva	30.01.1951 a 30.06.1954
Flávio Portela Marcílio	30.01.1955 a 01.07.1958
Wilson Gonçalves	22.01.1959 a 27.01.1963
Joaquim Figueiredo Correia	15.03.1963 a 15.03.1967
Humberto Ferreira Ellery	15.03.1967 a 15.03.1971
Fco. Humberto Bezerra de Menezes	15.03.1971 a 15.03.1975
José Waldemar de Alcântara e Silva	15.03.1975 a 15.03.1979
Manoel Castro Filho	15.03.1979 a 15.03.1983
José Aduino Bezerra de Menezes	15.03.1983 a 15.03.1987
Francisco Castelo de Castro	15.03.1987 a 10.08.1990
Lúcio Gonçalo de Alcântara	01.01.1991 a 07.10.1994
Francisco Xavier Andrade Girão	07.10.1994 a 31.12.1994
Moroni Bing Torgan	01.01.1995 a 31.12.1998
Benedito Clayton Veras Alcântara	01.01.1999 a 31.12.2002
Francisco de Queiroz Maia Júnior	01.01.2003 a 31.12.2006
Francisco Pinheiro	01.01.2007 a 31.12.2010
Domingos Gomes de Aguiar Filho	01.01.2011 a 31.12.2014
Maria Izolda Cela Arruda Coelho	01.01.2015 a _____

REFERÊNCIAS

- ◆ ALMEIDA, Assis; Pontes, Fernando. **Enciclopédia da política cearense 1947–1998: A - Z**, Fortaleza: Premius, [s.d].
- ◆ Atas da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, compreendendo o período de 1947 a 2016. (Setores de Arquivo e de Informação e Documentação da Assembleia)
- ◆ BARROSO, José Parsifal. **Uma História da Política do Ceará: 1899-1954**. Fortaleza: BNB, 1984.
- ◆ BRASIL, Senado Federal do. **Dados biográficos dos senadores do Ceará: 1826-1998**. Brasília: Senado Federal, 1998
- ◆ ESPÍNDOLA, Menezes. **Menezes Pimentel**: educador, governante e político. Fortaleza. Editorial Cearense. s. d.
- ◆ Filho, Mauro Benevides. **Ceará, eleições 2000**. Fortaleza: RBS Editora, 2001.
- ◆ _____. **Ceará, eleições 2004/06**. Fortaleza: RBS Editora, 2007.
- ◆ FREIRE, Aldenor Nunes. **Eleições municipais 1992 prefeitos e vereadores**. Fortaleza: Tipogresso, 1993.
- ◆ LEITÃO, Juarez; Santos, Arnaldo. **História das eleições no Ceará 2002**: análises, fatos, números e personalidades da história cearense e nacional marcantes da política. Fortaleza: Expert, 2004.
- ◆ MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1947-1966)**. Fortaleza: ABC Editora, 2005.
- ◆ _____. **História Política do Ceará (1945-1947)**. Fortaleza: ABC Editora: 2001.
- ◆ _____. **Governo Raul Barbosa (1950-1954)**. Fortaleza: ABC Editora, 1997.
- ◆ _____. **História Política do Ceará (1987-1991)**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
- ◆ _____. **História Política do Ceará (1945-1985)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1985.
- ◆ AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). **Cronologia ilustrada de Fortaleza**: Roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. Vol. I.

- ◆ NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996.
- ◆ NOBRE, Geraldo da Silva. **Democracia à prova**: Legislativo estadual cearense 1947-1997. Fortaleza: INESP, 1988.
- ◆ SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará** (Coleção). Fortaleza: O Povo Editora. 2015.
- ◆ SARAIVA, J. Ciro. **Antes dos coronéis (1947-1962)**: episódios inéditos de "No tempo dos coronéis". Fortaleza: ABC Editora, 2012.
- ◆ SILVA, Temístocles de Castro e. **Adauto Bezerra**. [S.l.]: ABC Editora, 2001.
- ◆ _____. **Humberto Bezerra**. [S.l.]: ABC Editora, 2000.
- ◆ SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

Sites consultados:

- ◆ Tribunal de Justiça do Ceará
<http://www.tse.jus.br/>
- ◆ Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-anteriores>
- ◆ Senado Federal
<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>
- ◆ Câmara dos Deputados
<http://www2.camara.leg.br/>
- ◆ Menezes Pimentel
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-menezes-pimentel>
- ◆ Stênio Gomes da Silva
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-estenio-gomes-da>
- ◆ Flávio Marcílio
http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/marcilio.html
<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/546587-CAMARA-HOMENAGEIA-CENTENARIO-DE-NASCIMENTO-DO-DEPUTADO-FLAVIO-MARCILIO.html>
- ◆ Wilson Gonçalves

- <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2284>
- ◆ Figueiredo Correia
http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123353&tipo=0
 - ◆ Humberto Bezerra
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-humberto-bezerra>
 - ◆ Waldemar Alcântara
<http://www.fwa.org.br/a-fundacao/#waldemar-alcantara>
<http://www.fisfar.ufc.br/wordpress/um-longo-caminho-percorrido/historia/surgdepa/waldemar/>
http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1990
<http://www.saude.ce.gov.br/index.php/a-secretaria/galeria-virtual/ex-secretarios-da-saude-do-estado/46631>
 - ◆ Manoel de Castro Filho
<http://maurilofreitas.blogspot.com.br/2009/03/capitulo-xv-manoel-de-castro-governador.html>
<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201990.pdf>
 - ◆ Adauto Bezerra
http://www.omancarneiro.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=640:adauto-bezerra-uma-historia-de-vida-dedicada-ao-ceara&catid=47:noticias&Itemid=96
http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/jab.asp
 - ◆ Castelo de Castro
<https://www.al.ce.gov.br/index.php/assembleia/ex-presidentes?id=175>
<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>
 - ◆ Lúcio Alcântara
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/ceara/resultados-das-eleicoes-1994-ceara-senador>
<http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/linha-do-tempo-prefeitos-de-fortaleza/#39>
<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/interna/0,,OI63656-EI427,00.html>
<https://br.linkedin.com/in/lucio22>
 - ◆ Franciné Girão
<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>

- ◆ Moroni Torgan
<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/online/moroni-torgan-e-o-novo-vice-prefeito-de-fortaleza-conheca-o-perfil-1.1641862>
<https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/perfis-secretarios-yy1>
- ◆ Beni Veras
<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/8>
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/veras-beni>
- ◆ Maia Junior
<http://www.seplag.ce.gov.br/institucional/perfil-dos-secretarios/>
<http://www.anuarioceara.com.br/perfis/secretaria-do-planejamento-e-gestao-seplag/>
- ◆ Professor Pinheiro
<https://al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/21-pt/231-prof-pinheiro>
<http://www.historia.ufc.br/departamento-de-historia/corpo-docente/>
- ◆ Domingos Filho
<https://al.ce.gov.br/index.php/domingos-gomes-de-aguiar-filho>
<https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/59213-domingos-filho-e-eleito-novo-presidente-do-tcm-ceara>
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/ceara/resultados-das-eleicoes-1994-ceara-deputado-estadual>
- ◆ Izolda Cela
<http://www.ceara.gov.br/governo/#destaque2>
<http://www.gabvice.ce.gov.br/2017/09/20/maria-izolda-cela-de-arruda-coelho/>
<http://www.anuarioceara.com.br/perfis/vice-governadora/>

Instituições pesquisadas:

- ◆ Hemeroteca do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
- ◆ Setores de Arquivo e de Informação e Documentação da Assembleia Legislativa do Ceará

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a dava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florir em menses, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfaldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leis e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

HINO DA CIDADE DE FORTALEZA

Música de Antônio Gondim

Letra de Gustavo Barroso

Junto à sombra dos muros do forte
A pequena semente nasceu.
Em redor, para a glória do Norte,
A cidade sorrindo cresceu.
No esplendor da manhã cristalina,
Tens as bênçãos dos céus que são teus
E das ondas que o sol ilumina
As jangadas te dizem adeus.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar colhe a flor
A tracema lembrando o guerreiro,
De sua alma de virgem senhor.
Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos eternos canções:
Jangadeiros, cabocios valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Ao calor do teu sol ofuscante,
Os meninos se tomam viris,
A velhice se mostra pujante,
As mulheres formosas, gentis.
Nesta terra de luz e de vida
De estagem por vezes hostil,
Pela mãe de Jesus protegida,
Fortaleza, és a flor do Brasil.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Onde quer que teus filhos estejam,
Na pobreza ou riqueza sem par,
Com amor e saudade desejam
Ao teu selo o mais breve voltar.
Porque o verde do mar que retrata
O teu clima de eterno verão
E o luar nas areias de prata
Não se apagam no seu coração.

Fortaleza! Fortaleza!
Imã do sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

Thiago Campêlo Nogueira

Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo

Coordenador

Cleomarcio Alves (Marcio), Francisco de Moura,

Hadson França e João Alfredo

Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni

Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Site: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701

Fax: (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500